



A defesa da água é a defesa da terra e da vida

Boletim do WRM 262

Setembro 2022

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

ASSINE O BOLETIM

Índice

NOSSA OPINIÃO - Água e terra: linhas de vida inseparáveis.....	2
Comunidades quilombolas recuperam terra e água após 40 anos de monocultura de eucalipto no Brasil.....	5
Plantações de palma e controle da água: Costa do Marfim e Gabão.....	12
Peru: Contra a devastação petrolífera do território e dos direitos indígenas, O sentido dos rios....	13
Lutando para não submergir: O povo da Ilha Pari, na Indonésia, contra a injustiça.....	19
“Sem água não há vida”: Os rios da Amazônia boliviana.....	23
Da Ásia à África: tentáculos de plantações de dendzeiros estão espremendo comunidades até que fiquem secas.....	27
Água, extrativismo e minerais críticos no Brasil: algumas reflexões.....	31
RECOMENDADOS	
Mesas redondas sobre justiça hídrica na África do Sul.....	35
As mulheres e as lutas pela justiça hídrica na África.....	35
O agronegócio industrial está secando as terras africanas.....	35
Empresa colombiana de óleo de dendê é investigada por poluir rios.....	35

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:

Dois ativistas quilombolas de Sapê do Norte, no estado do Espírito Santo, Brasil; aldeões da comunidade Yaproko na Costa do Marfim e de quatro aldeias no Gabão; a plataforma Povos Indígenas Amazônicos Unidos em Defesa de seus Territórios (PUINAMUDT) no Peru; uma cineasta da França-Bolívia; GRAIN e KRuHA, Indonésia; um Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil, e membros da Secretaria Internacional do WRM.

NOSSA OPINIÃO

Água e terra: linhas de vida inseparáveis

Por trás de cada apropriação de terras, há também apropriação de água. Terra e água são interligadas e inseparáveis, e nesse sentido, a água é um aspecto essencial da terra e da vida. Ela flui, transforma, nutre e está sendo nutrida por outros ciclos de vida. Portanto, a água é parte fundamental das lutas das comunidades.

Ao longo de sua cadeia de extração, produção e distribuição, cada “commodity” esconde muitas histórias de apropriação e destruição. De minerais a petróleo, de borracha a óleo de dendê, da madeira para celulose ao papelão e, hoje em dia, até mesmo créditos de compensação de carbono, água e biodiversidade estão ligados à violência e à apropriação indevida. Todos eles estão relacionados à terra que é tomada das comunidades e, muitas vezes, também, à poluição da terra, da água e do ar. A terra, principalmente para as comunidades camponesas e as que dependem das florestas, abrange muito mais do que o olhar comum consegue ver. Tomar sua terra e a água que a sustenta também significa tomar suas memórias, histórias, raízes e conexões. Terra e água são interligadas e inseparáveis, e nesse sentido, a água é um aspecto essencial da terra e da vida. Ela flui, transforma, nutre e está sendo nutrida por outros ciclos de vida. Portanto, a água é uma parte essencial das lutas das comunidades.

As consequências do envenenamento e/ou do saque da água são sentidas pelos sistemas de vida abundantes que dependem das muitas fontes de água e dos territórios que elas sustentam. Portanto, as operações extrativistas, os locais de produção e os corredores de transporte afetam áreas muito maiores do que os territórios ocupados por essas atividades poluentes em si. Sendo assim, seu impacto sobre a vida e as comunidades vai muito além dos locais de operação, produção e transporte.

Esses impactos devastadores são eles próprios muito profundos, como apontou Tom Goldtooth, da Indigenous Environmental Network, referindo-se aos impactos de projetos de compensação de carbono baseados em florestas, chamados de REDD+:

“Não se trata apenas da apropriação da terra, das nossas árvores e da nossa água, das nossas montanhas e dos nossos campos, mas da apropriação de nossa identidade. É a substituição de nossas cerimônias tradicionais indígenas pelo cristianismo; é se apropriar da nossa linguagem. Isso vem literalmente com o estupro das nossas crianças, o trauma histórico que está documentado no Canadá, nos colégios internos fundados pela Igreja. Essa é uma questão séria.”

[15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência](#)

Leonardo Tello Imaina, da Rádio Ucamará, de Nauta, no departamento peruano de Loreto, fala da ameaça que a “Hidrovia Amazônica” representa para os povos indígenas Kukuma. Esta Hidrovia é um megaprojeto que visa conectar os rios amazônicos aos mercados de capitais:

“O rio, ou a “cobra grande”, não pode ser visto como um caminho fixo, e está sempre em mudança e em intercâmbio com a floresta e seus muitos sistemas de vida. [...] O fundo do rio é muito importante para os

espíritos que vivem na água, como a purawa (a cobra) ou os karuara, que são as pessoas que habitam as profundezas do rio, sendo transportadas pelos espíritos da água. Os que foram viver no mundo da água se comunicam através dos sonhos com suas famílias, as quais vivem no mundo da terra. As piscinas formadas nas margens dos rios, que permitem que a água continue dando voltas, são o local de vida de nossos ancestrais. Nesse sentido, os Kukama têm uma relação pessoal e profunda com os rios.”

[Artigo do Boletim 244 do WRM, 2019](#)

Maria Helena, da aldeia tupiniquim Pau-Brasil, no Espírito Santo, Brasil, destaca os impactos das plantações industriais de eucalipto sobre a água e, em particular, sua importância para as relações comunitárias, principalmente em relação às mulheres:

“E quando tinha um rio aqui, as mulheres pegavam suas trouxas de roupa... e era como uma festa na beira do rio, todas lavando roupa, principalmente aos sábados, e para quem tinha tempo, durante a semana. Era uma tarefa a menos, porque tinha toda aquela água no rio, e tudo era mais fácil. [...] Os problemas se agravaram quando começou todo esse processo, quando veio o eucalipto e começou a sugar toda a água do rio até chegar ao ponto que está hoje.”

[Artigo do Boletim 128 do WRM, 2008](#)

A poluição da água também tem um impacto devastador sobre as comunidades que lutam contra as plantações industriais de dendezeiros e madeira na Indonésia. “Mama Na”, que participa da luta contra as plantações industriais de dendezeiros em Kampung Subur, na regência de Boven Digul, em Papua, Indonésia, explica:

“A água está poluída. Há peixes mortos em toda a extensão dos rios Bian e Digul. Quando chegaram à região, eles construíram um hospital, o Korindo. É literalmente uma ‘casa para doentes’ (em indonésio, Rumah Sakit) porque a empresa chegou para nos deixar doentes. O dano penetra no subsolo, na água, e os peixes morrem. Quando usamos a água para cozinhar, a panela fica oleosa. Desde que a empresa chegou, a nossa sensação é de que perdemos a nossa cultura. Não temos mais as nossas tradições.”

[Artigo do Boletim 253 do WRM, 2021](#)

Uma mulher da comunidade Fulwaripara, no estado de Chattisgarh, na região central da Índia, onde muitas comunidades vivem com as florestas e enfrentam ameaças de expulsão devido a áreas de conservação, como reservas de tigres, reflete sobre como o acesso da comunidade à água e, com ela, a vida dessa comunidade, foram alterados tanto pela mudança climática quanto pelas restrições por uma área protegida de conservação:

“A estação das monções era boa naquela época, com muita chuva, mas agora surgiram as represas, que não permitem que a água vá até o mar. Como resultado, as ondas ficaram cada vez menores, criando menos pressão de maré, e as chuvas diminuíram. Por intermédio do mar, a água sobe e depois a chuva cai. Junto com as chuvas, apareciam muitos peixes/caranguejos e cobras. Temos lembranças de brincar com as cobras que se espalhavam por toda a terra com as chuvas incessantes. [...] Hoje em dia, nem sequer vemos muita água nos lagos.”

[Artigo do Boletim 242 do WRM, 2019](#)

Uma mulher guardiã das lagoas em Cajamarca, Peru, reflete sobre a resistência, liderada principalmente por mulheres, contra uma mineradora que quer tomar conta da água e dos territórios da comunidade:

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

“Quando era forte a resistência, nós nos levantávamos às 3 da manhã, íamos às vilas para convocar para a marcha. Mais tarde, íamos buscar alimentos doados nos mercados e nas lojas solidárias. Quando estávamos nas marchas, fazíamos cozinhas comunitárias, e ninguém ficava sem ter o que comer. Outras vezes, nos colocávamos na primeira fila das marchas, cantando nossas coplas, e enfrentávamos a repressão. Não nos importavam o cansaço nem as agressões, muitas vezes o grito de nossos maridos ou a incompreensão da família. Lutávamos pela água, que é a vida, por nossos filhos, e pelos filhos de nossos filhos.”

[Artigo do Boletim 211 do WRM, 2015](#)

Este boletim destaca experiências de comunidades que lutam contra o saque de sua água. Inclui histórias de Gabão, Costa do Marfim, Camarões, Peru, Bolívia, Brasil e Indonésia; histórias que mostram como a água e seu controle pelas comunidades são vitais e essenciais para suas lutas pela terra e pela vida.

Comunidades quilombolas recuperam terra e água após 40 anos de monocultura de eucalipto no Brasil

As comunidades quilombolas de Sapê do Norte, Brasil, vivem um violento processo com a expansão da monocultura de eucaliptos em grande escala. Após muitas dificuldades, iniciaram um processo para retomar suas águas e terras. E a luta para retomar o que é seu, continua. O WRM conversou com dois ativistas quilombolas pra refletir sobre este difícil, mas fértil, processo de resistência.

O território quilombola (1) de Sapê do Norte, no estado de Espírito Santo, Brasil, ocupava uma extensa área nos atuais municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Nessa área moravam cerca de 12 mil famílias. As que ficaram estão distribuídas em 34 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, mais com muitas outras ainda em situações de invisibilidade sem a certidão de auto reconhecimento.

Essas comunidades foram expulsas de seus territórios tradicionais por um violento processo de colonização patrocinado pelo Estado e depois, na década de 1970, com a chegada da empresa Aracruz Celulose (depois conhecida como Fibria, e hoje Suzano) e a expansão de sua monocultura de eucaliptos em grande escala. Com o aval do Estado, e em nome do 'desenvolvimento' foram obrigadas a se deslocar para a periferia das cidades da região. Outras ficaram cercadas pelas plantações de eucaliptos.

Em meio às dificuldades diárias, os quilombolas continuam em luta contra as diversas formas de violência que têm enfrentado. Em 2007 iniciaram um processo coletivo para retomar suas águas, cultivos e vida comunitária. Hoje faz 15 anos que conseguiram retomar algumas de suas terras no Sapê do Norte. E a luta para retomar o que é seu, continua.

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) conversou com **Flávia da comunidade Angelim II**, mulher, mãe e ativista quilombola, e **João de Angelim**, também ativista quilombola, agroecologista e pesquisador quilombola. Suas palavras e sua experiência nas retomadas nos deixam muitas lições e reflexões sobre o difícil, mas fértil, processo de resistência das comunidades quilombolas no território de Sapê do Norte.

WRM: Como começou a história das retomadas em Sapê do Norte?

João: As comunidades quilombolas vêm, há anos, resistindo. Primeiro, com a chegada do eucalipto na região, através da luta pelo território, do Direito, com estudos e relatórios técnicos que garantiriam que a comunidade teria de volta uma parte de seu território que foi retirado abruptamente. Passaram-se anos e sem vermos nenhuma possibilidade. Chegamos à conclusão de que seria necessário dar alguns passos, forçar, apontar alguns lugares que mostrassem que ali aconteceu algo de errado quando a empresa de papel e celulose chegou e se apossou das terras.

Então, através da Comissão Quilombola, que tem representação de cada comunidade, juntamente com os outros movimentos sociais que tinham mais experiência de ocupação de terras, como é o caso do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], tiveram as primeiras reuniões. E aí as retomadas começaram. A primeira foi em 2007, em Linharinho, com o propósito de recuperar a água, os alimentos e o solo. Hoje, essa comunidade reivindica 3.500 hectares de terra.

Mas é importante considerar a retomada num contexto de reparação social e ambiental que nunca aconteceu. Quantas pessoas morreram por terem sido expulsas do Sapê do Norte? O Estado brasileiro tem que dar os títulos das comunidades quilombolas que são muito maiores do que as terras que estão em processo de retomada. Acho que essa é a verdadeira justiça. Não vai cobrir esses anos todos que passaram, mas possibilitará uma alternativa para a gente aqui no futuro. Tendo terra se tem liberdade. Não dá para permitir a Suzano mais no Sapê do Norte destruindo, nem nenhuma outra região.

Flávia: A primeira retomada no território do Sapê do Norte, na comunidade de Linharinho, foi muito difícil. Foi a primeira vez que nós decidimos e falamos assim: "olha, se o Estado não entrega, não devolve as nossas terras, nós vamos iniciar um processo de retomada".

Tivemos uma grande organização, com assessoria jurídica e apoio de parceiros. Mas, no final, terminamos debaixo de camburões, de cachorro, polícia... foi bem difícil. Nós resistimos até onde pudemos, e, graças a Deus, não perdemos ninguém. O Estado, em forma de polícia, veio com toda a força, armada, e muitos dos nossos foram presos.

Depois disso nós ficamos um período sem fazer novas retomadas.

No ano 2010 aconteceu a retomada no São Domingos e Angelim I. Mais recentemente temos [retomadas] na bacia do Angelim, o Angelim 2, Angelim 3 e Angelim Disa – o Angelim é um rio que dá nome às comunidades. Mesmo vindo a polícia, hoje a gente consegue que não venha a força armada. Estamos mais preparados e temos uma rede de parceiros, que faz sua parte de apoio. Estamos conseguindo não ser criminalizados por fazer retomadas.

WRM: E como vocês se organizam antes e depois das retomadas?

Flávia: No Sapê do Norte, temos a Comissão Quilombola, com representantes de cada comunidade. Mensalmente temos reuniões. Quando a gente vai fazer uma retomada, tudo isso é pensado ali, com todas as comunidades de apoio. Nós fazemos uma lista de entidades que são apoiadoras e todas são informadas, e também a gente sempre pede assessoria jurídica.

Hoje, temos conhecimento sobre nossos direitos e conseguimos ter o mesmo diálogo que um advogado. Apesar disso, quando a gente chega lá na área, o preconceito policial não aceita que uma quilombola como eu faça esse diálogo. Eles sempre solicitam um advogado. Então muitas vezes o advogado está lá só por estar, mas quem faz mesmo o diálogo somos nós, quilombolas, que

vivemos e sabemos qual é o nosso direito. Temos hoje alguns advogados que nos defendem muito bem, com unhas e dentes, que já estão num processo conosco há mais tempo. Eles estão sempre junto. A gente aciona movimentos, conselhos e secretaria de direitos humanos – apesar de não vermos muita ação da secretaria.

Assim todos os movimentos conseguem saber que vai haver determinada ação em tal comunidade, em tal momento, e aí fica todo mundo em alerta. Quem pode vir, vem; quem não pode, apoia nos seus lugares.

E também tem uma organização inicial no momento da retomada. Quem pode, leva muda, semente, o que puder contribuir para a gente ocupar realmente aquele espaço que está desocupado ou que está com eucalipto. E também a gente organiza placas de identificação do território para demarcar o espaço, com número de processo, com artigos da lei que nos dá o direito à terra. A retomada é um dia tenso, de muito trabalho, até a chegada da polícia. É claro, não existe retomada sem polícia. Aí começa o processo de negociação os quais, graças a Deus, estamos ganhando todos, e a polícia vai embora.

A comunidade que vai fazer a retomada, vai estar bem mobilizada e articulada para que tenham pessoas lá todos os dias, fazendo a vigília, trabalhando, para que eles não cheguem lá no outro dia e destruam tudo que foi feito no primeiro dia. A retomada de Angelim II aconteceu no dia 19 de dezembro de 2020.

João: A retomada em Linharinho teve uma repressão muito rápida. A gente não teve chance de fazer plantio. Passamos 3 anos pensando em uma estratégia de como fazer uma retomada que durasse mais tempo e fosse mais permanente. Então, em 2010, a retomada aconteceu em duas comunidades: São Domingos e Angelim I, um mês depois.

A estratégia em Angelim I foi a gente não ficar lá. A gente entrava, plantava e saía. O que aconteceu nessa primeira área foi que ela durou. Não teve interrupção da polícia, não teve isolamento da área, a gente conseguiu ir criando maneiras e manobras dentro do diálogo direto e de outras estratégias de resistência. Em São Domingos foi a mesma estratégia. Com o tempo fomos retirando os eucaliptos, fazendo plantios de agricultura de base alimentar, e mais adaptável diante da situação de solo.

WRM: Como foi que a água se tornou tão importante para sua luta?

João: Em uma das investigações realizadas pelo movimento quilombola aqui no Sapê do Norte em 2002, em torno de 200 córregos e alagados foram constatados desaparecidos na região. As pessoas não tinham água nem para beber muitas vezes.

Na retomada de Angelim I, fizemos uma ação próxima a uma área de alagado. Então, em 2014 e 2015, vivemos um período de muita seca. Voltamos para a área em que era o alagado, onde havia um recuo de eucaliptos, mas não suficiente. O pessoal começou a retirar eucaliptos. A partir desse

momento, a região ganhou outra forma. A chuva vinha, o solo ficou mais úmido e foi deixando as coisas acontecerem ali.

A partir dali fomos olhando o que estava acontecendo na região: onde as pessoas estavam e as nascentes foram regeneradas, a água foi ocupando os pontos que estavam secos. Um dos exemplos claros é o Córrego da Velha Antônia, que estava desaparecido e que já conseguimos recuperar uma parte. Isso tem sido gratificante. Os corpos hídricos têm encorpado mais água e volume significativo, feito pelas retomadas, com mais de quatrocentas famílias no entorno retirando eucalipto.

Vimos nessa pequena amostra como brotou água, o que não acontecia há muitos anos. Pessoas pescando. Num lugar onde não tinha peixe, começou a aparecer peixe. Você começa a navegar num lugar que não tinha água. Estamos falando de um córrego, mas tem centenas de córregos e rios impactados aqui na região. Imagina como era a fartura antes dos eucaliptos. Ou seja, o grande problema aqui é a monocultura de eucalipto, que faz a gente não ter água; os rios não terem água.

A questão da água é imensurável; a gente tem tratado ela como principal elo entre todos aqui.

Flávia: Na verdade, tudo que tínhamos aqui no território era terra, água e mata. Toda a nossa sobrevivência era isso. Não tínhamos outro meio de viver. Então sempre costumamos falar que a mata é nossa mãe e o rio, nosso pai. Sempre fomos sustentados por eles. Eu conheci o rio ainda com bastante peixe, conseguia tirar algum cipó na mata, mas hoje a nossa maior dificuldade, em todo o território do Sapê do Norte, é a falta de água.

O Angelim 2 tinha 105 famílias, hoje tem 40. A partir do momento que chegaram, as empresas derrubaram todas as matas, e logo em seguida veio o plantio de eucalipto. A água e os peixes começaram a diminuir e a morrer por causa dos envenenamentos. As nascentes começaram a secar.

A monocultura de eucaliptos acaba com a água dos córregos e logo aquele espaço passa a ser utilizado para plantio de mais eucaliptos, chegando mais perto do olho da água até que a nascente seca totalmente. Também tem a questão das represas, que são feitas sempre acima das nossas comunidades, deixando os córregos abaixo sem água. Em períodos muito secos, eles torram, viram chão. O eucalipto, eles abastecem com carro-pipa. Eles vão nas represas, enchem os carros-pipa e vão molhando os eucaliptos, as mudas de eucalipto. É para isso que eles represam: para ter água com abundância e o ano todo.

Não temos água nem para beber, chega a ser desumano. Quando estou nos espaços em que o Estado está, representado pelos órgãos ambientais e até mesmo pelo governo atual, eu costumo falar que é vergonhoso deixar mais de mil famílias dentro de um território, sem água para beber.

A gente passa muito aperto por falta de água. Parte da comunidade é abastecida por carro-pipa que a prefeitura manda, mas eles não veem a alternativa de recuar [afastar] o eucalipto dos olhos d'água e diminuir o veneno (para a gente ter acesso à água limpa), em vez de ficar anos e anos nos abastecendo com carro-pipa.

Na comunidade do Angelim 1, Angelim 2 e Angelim 3, só de fazer as retomadas e recuar o eucalipto, não precisa nem fazer um trabalho de recuperação de nascente, até porque a gente não dá conta de recuperar todas em um espaço de tempo tão curto. A gente faz trabalhos de recuperações em algumas nascentes mais estratégicas para avançar o processo. Mas só de recuar [os eucaliptos], a água já começa a brotar. É uma coisa inacreditável. Nascentes que não tinham nada a um ano atrás, agora já tem água novamente. Isso prova que o que seca as nossas nascentes é o eucalipto, embora eles digam que não, que o eucalipto é uma planta igual a qualquer outra. É? É! Mas é um monocultivo. Se tivesse diversidade, talvez não secasse como seca hoje.

WRM: Nesse processo de retomadas, foi importante o apoio de movimentos e organizações da região e de aliados internacionais?

Flávia: Muito importante. A gente sempre tem essa visão. Quando nós estamos sozinhos, a empresa vem com tudo para cima, eles são muito violentos. Como eles têm, como dizem, "um nome a zelar", acabam percebendo que nós não estamos sozinhos, aí querem manter o diálogo.

Hoje, eles têm outra forma até de conversar com a gente porque percebem que não estamos sozinhos. E quando vão para a mesa de diálogo, falam que os truculentos somos nós. É sempre assim. Mas o apoio das comunidades e de fora do Sapê do Norte é essencial. Estamos em um processo de manutenção de rede, com cada movimento. Precisamos dar a mão a todos para nunca estarmos sozinhos.

João: A luta quilombola já vem como uma luta conectada; de denúncias, de parceiros. A luta quilombola do Sapê do Norte é conhecida internacionalmente. O mais importante no fortalecimento dessa causa foram as alianças que tivemos a nível nacional e internacional, ainda que as retomadas sejam autogeridas, que têm o poder de decisão sobre o que fazer, o que vão plantar, o que vão comer. Tudo isso está acontecendo graças a esse bloco de defesa, a partir dos direitos humanos, da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) do Espírito Santo, que tem sido parceira sempre, dos movimentos sociais sem-terra, o MST, em todas as redes que está articulado, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, o WRM e tantos outros grupos parceiros nas redes da América Latina. Tentamos nos articular para sempre um estar sentindo a dor do outro, cientes do que está para acontecer em nossos territórios.

Tentaram nos separar, agora queremos nos aproximar, estar perto do rio e recuperar a mata que tiraram. A relação era tão íntima e tão valorosa que os lugares tinham nomes e eram respeitados simbolicamente. Hoje fala-se em proteção florestal, área de reserva legal, área de APP [Área de Preservação Permanente], mas isso não chega nem se compara ao que eram as matas de verdade.

WRM: Quais foram os principais desafios nessa luta?

Flávia: Como mulher, há muitos desafios. A mulher é militante, é mãe, é dona de casa. No meu caso, tenho dois filhos, e foi muito mais desafiador porque eu estava recém-parida. Meu menino estava com quatro meses quando a gente precisava fazer a retomada. Eu sou uma liderança de frente, dependendo do apoio do pessoal. Mas eles só têm confiança se eu estiver no meio deles. Eu tinha que estar lá, então estávamos, eu e meu menino, em todas as retomadas. É cansativo, a gente sofre. Não pela comunidade, porque a comunidade dá todo o apoio se a gente está com criança, todo mundo pega.

A gente sofre também o preconceito de ser mulher, preta, quilombola, agricultora, pobre. A empresa normalmente nos subestima demais. Eles acham que essa mulher não tem capacidade de entrar em um processo de negociação, então temos que ficar a todo instante provando quem é essa mulher, para que ele não subestime ou até mesmo tente ir com força para cima da comunidade. O preconceito está bem visível. No dia que aconteceu o empurrão no companheiro, perguntei para eles se eles imaginavam, caso tivesse sido ele empurrando vocês [os funcionários da Suzano], todos brancos, onde ele estaria agora. Estaria na cadeia, com certeza. Mas como foi um branco que empurrou um preto, não: eles pedem “desculpa” e “vamos manter o diálogo”. Será que eles iriam ter diálogo conosco nesse momento se fosse o contrário? É resistência sempre, olhar atento sempre.

Outra coisa que me deixa muito preocupada são as ameaças. Estou sempre com medo aqui no território. Também pelo movimento de direitos humanos, toda a coordenação tem um cuidado especial [comigo], questão de vida. Aqui não tem sinal de telefone, só tenho internet quando estou dentro de casa. Se eu sair, ninguém vai saber onde estou. Sempre tem esse cuidado de não sair sozinha, não sair à noite, não deixar os filhos sozinhos em casa. É bem desafiador ter que estudar, sair à noite para a faculdade, e como voltar para casa se não posso andar à noite? É todo um processo com o qual ainda estou tentando lidar.

João: A empresa sempre busca uma artimanha. A cada retomada, aparecia a empresa com um projeto ou com programas desviando a atenção. Isso aconteceu muito, esse esfriamento da luta. Eles acabavam, no mesmo período, cooptando quilombolas, lideranças, empregando, trazendo alguns programas, dizendo que seria melhor para a comunidade.

O que aconteceu com algumas retomadas foi que, assim que as áreas eram consolidadas, chegavam pessoas não-quilombolas e, por um meio ou outro, acabavam entrando. E, muitas vezes, por não compreenderem a luta de território e a luta quilombola, acabam criando um diálogo torto e confundindo o processo. A gente teve muita dificuldade com isso. Recentemente, em 2020, a gente sofreu um ataque massivo de invasão no território das comunidades, de grupos organizados não-quilombolas. Foi necessário a gente tomar uma postura, porque eles vinham denominando as localidades e fazendo a nossa narrativa, como se fosse a gente, e denominando localidades como áreas de retomadas. Um pouco perigoso. A gente teve que tomar o cuidado de

separar quais são as retomadas que têm a participação e um pouco da filosofia do que pensamos como movimento. Essas pessoas acabaram tendo que sair.

Manter as retomadas também tem sido desafiador por conta da invisibilidade na política pública. Se a gente está numa condição de autogestão, nós não teremos apoio de política pública, não teremos apoio de quase ninguém. Temos tratado com os agricultores, com os quilombolas que estão no campo quase como um esforço direto deles. E isso tem sido o grande diferencial, está possibilitando “tirar leite de pedra”, de onde se dizia que não saía. É possível voltar a água onde não tem, ter comida onde não tinha, ter floresta, ter mais bicho onde já teve muito.

Outro desafio é a capacidade de rebrote dos eucaliptos: é gigante. Em dez anos, temos locais que ainda não conseguiram expulsar os resíduos. Esses mais de 40 anos sob uso abusivo de maquinário pesado, de centenas de quilos de glifosato, toneladas jogadas nas cabeceiras, nas águas, nos deixaram numa condição de solo muito ruim. Precisamos regenerar, recuperar [o solo]. Dessa maneira, a agrofloresta sempre fez parte da vida quilombola. Mas para regenerar você precisa entender o lugar, buscar a ancestralidade, o que está ligado com o meio e o que não está. Saber o que plantar, saber o que deixar nascer.

WRM: Quais conselhos vocês dariam a outros povos que estão enfrentando um processo semelhante de retomada da terra ou da água?

Flávia: Aqui no Brasil, penso que a gente não consegue terra se não fizer retomada. Então, a primeira coisa: é preciso fazer retomada. Mas, para fazer retomada, é preciso ter o mínimo de organização para não acabar tentando e não conseguindo. Precisamos estar conectados, em rede, mesmo que seja fora do estado, fora do país. É muito importante ter apoio em rede, contato com o Ministério Público Federal, com a Defensoria do Estado, com os conselhos de direitos humanos, porque são as instituições do Estado, com as quais conseguimos ter algum apoio legal. Também é muito importante ter cuidado com a vida dos nossos defensores.

E nunca desistir, né? Porque se a gente desiste de fazer qualquer processo de luta por direito, de uma forma ou de outra, a gente vai morrer. Se a gente não for defensor, a gente vai ser fuzilado porque é preto, ou vai morrer de fome porque não tem o que comer, ou vai morrer de frio porque não tem onde morar. A gente tem que ficar sempre ligado e tentando se manter vivo. A prioridade é vida, não desistir e se conectar em rede. Apoio é muito importante.

João: Não parar de plantar, não parar de acreditar, continuar. Em muitos momentos haverá dificuldade, mas onde tiver uma nascente que precisa de ajuda, não se pode ficar no discurso. É preciso haver a ação. Não dá para esperar uma tomada de decisão da caneta do juiz, porque ele não sente na pele como quem está lá embaixo sendo contaminado.

As retomadas são uma realidade hoje, e assim como fomos ousados em fazer, vamos ser ousados em manter. Esse tempo que passou permitiu a reflexão e que a gente entendesse mais a conjuntura. Não é fácil compreender um isolamento de mais de 40 anos sem acesso à terra. E

quando se abre essa possibilidade, é normal que venham também as crises e as confusões. As retomadas têm nos ensinado isso e eu fico muito grato por hoje ter uma compreensão melhor desse grande plano que deu certo. E que está mostrando que o caminho é por aí mesmo.

Acho que o mais importante foi ter quebrado o silêncio que existia em meio ao eucalipto sufocando as comunidades, ali ilhadas. Quebrou-se um silêncio em que a comunidade não podia adentrar ou atravessar uma parte de uma área de eucalipto para ir em um córrego sem um pouco de medo da vigilância – que ainda se tem, mas que tinha um controle muito maior. Então, quebra-se esse silêncio e voltam as relações comunitárias.

Eu vejo as terras dos povos de todo o mundo, dos nossos irmãos indígenas, das comunidades tribais de cada país, que se unam e busquem forças em conjunto. Temos momentos difíceis, mas nosso grande inimigo são os grandes projetos que vêm para ocupar terras, águas; para matar nossos povos. Então, primeiro de tudo, é união e ação local. Todos os dias, se possível.

(1) Comunidades quilombolas são aquelas formadas por descendentes de pessoas africanas que foram submetidas à escravidão e que fugiram para iniciar os quilombos no Brasil Colonial e Imperial.

Plantações de palma e controle da água: Costa do Marfim e Gabão

A produção industrial de óleo de palma na África Ocidental e Central é controlada principalmente por cinco multinacionais e pode levar a uma expansão contínua. As plantações ocupam vastas extensões de terra. A terra e a água são interdependentes; no entanto, a crise hídrica não existiria se as empresas não tivessem se apoderado das terras das comunidades.

A produção industrial de óleo de palma na África Ocidental e Central é controlada principalmente por cinco sociedades: Socfin, Wilmar, Olam, Siat e Straight KKM (ex-Feronia). Essas multinacionais controlam cerca de 67% da superfície das plantações industriais de palma, instaladas com investimentos estrangeiros, e podem continuar sua expansão. (1) A instalação dessas plantações industriais é associada a inúmeros impactos sobre as populações e os territórios.

O impacto sobre a disponibilidade de água para as comunidades que vivem nas plantações e em seu entorno é sistemático e dramático. Isto é cada vez mais evidente com os numerosos testemunhos das comunidades sobre a escassez e a poluição da água.

As plantações industriais culminam, muitas vezes, no desaparecimento de lagos, fontes ou cursos d'água, o que afeta diretamente os meios de subsistência e o bem-estar dessas comunidades. A água potável passa a ser rara ou inexistente. Além disso, a utilização intensiva de produtos químicos nas plantações e nas fábricas de processamento causa uma forte poluição dos recursos hídricos ainda disponíveis, o que coloca a população, os trabalhadores e todas as formas de vida nessas zonas em grave risco sanitário. Isso também põe em perigo a soberania alimentar local, pois o acesso à água para o cultivo se torna cada vez mais difícil, bem como a pesca e a água potável para a pecuária. Assim, são as mulheres e meninas que são obrigadas, com frequência, a percorrer grandes distâncias a pé para buscar água potável. Isso não só aumenta consideravelmente sua carga de trabalho, mas também as expõe ao risco de assédio e violência sexual durante o trajeto.

As plantações de palma monopolizam sistematicamente os recursos das comunidades e das florestas. A terra e a água são interdependentes e não se pode separá-las. A crise hídrica não existiria se as empresas não tivessem se apoderado das terras das comunidades. Para elas, existe apenas um único movimento de resistência: reivindicar seus territórios com tudo que lhes pertence.

Uma filial de Wilmar na Costa do Marfim: PalmCi

Wilmar Internacional, multinacional presente na Ásia e na África e primeira produtora de óleo de palma do mundo, dispõe de uma área plantada total declarada de 232.053 hectares, nos dois

continentes, em seu segmento de plantação de palma e refinamento de açúcar. A sociedade possui diretamente três refinarias de óleo de palma na África, assim como oito refinarias indiretas por intermédio de suas associadas. Na Costa do Marfim, o grupo SIFCA se beneficia do apoio da Wilmar, que detém 27% de seu capital, para a qual fornece óleo de palma. O grupo SIFCA administra suas atividades de plantação de palma no país através da PalmCi, que dispõe de 9.361 hectares de área plantada na região de Aboisso.

Yapokro é um vilarejo situado a cerca de 50km de Aboisso. Para entrar nesse vilarejo, é necessário passar por um portão controlado por seguranças da empresa. Para ir de carro, o caminho principal passa pelo portão e continua pelas estradas no interior das plantações da PalmCi.

Em 2020, um artigo do Boletim WRM alertou para a situação catastrófica em que vivem os habitantes de Yapokro, há anos, no que diz respeito ao acesso à água. (2) Uma mulher explicou: *“A situação que vivemos dura há décadas, e ninguém faz nada. (...) O pior disso tudo é a água que a PalmCi nos dá uma ou duas vezes por semana, pois ela divide a cidade para a distribuição. A água, que chega em caminhões-pipa muito sujos, não é utilizável: depois de nos lavarmos com ela, ficamos com coceira no corpo todo. É esse mesmo caminhão que leva água para as plantações. (...) Quando chove, todo o vilarejo se anima, porque as mulheres vão buscar a água da chuva para limpeza e outros usos. A vida diária dos habitantes de Yapokro é preocupante.”*

Em 2022, o WRM foi até Yapokro e conversou com os moradores. Eles disseram que existiam florestas por toda aquela zona até o dia em que os agentes florestais chegaram e desmataram tudo, com exceção de uma pequena parte deixada para a comunidade. Em seguida, a Sodepalm (hoje, PalmCi) chegou e iniciou as plantações, cercando Yapokro com elas. E foi nesse momento que todos os problemas e conflitos começaram.

Os moradores explicaram que pedem há muito tempo que a PalmCi forneça água potável porque o rio está poluído. A empresa começou a fornecer a água em caminhões-pipa, mas a população tinha vários problemas de pele quando utilizava essa água, em parte porque a PalmCi não limpava as pipas regularmente. Apesar dos vários pedidos exigindo a construção de uma torre d'água, a comunidade ainda está esperando. Nas conversas que aconteceram durante a visita a Yapokro, ficou visível que essa crise fundamental é insuportável para as comunidades.

Além disso, as mulheres dizem ser ameaçadas e presas quando entram nas plantações para coletar cogumelos e nozes que sobram das colheitas. Quando visitadas por um membro da família, elas não podem oferecer nozes de palma como presente, porque os visitantes correm o risco de serem presos e assediados pelos guardas. Isso significa também que as mulheres não podem vender o óleo tradicional que elas produzem nas aldeias ou nos mercados locais. As mulheres de Yapokro sofrem uma violência estrutural. A crise hídrica só agrava essa situação devastadora.

Os moradores contaram que, quando os representantes do governo foram a Yapokro, eles lhes ofereceram água para se refrescarem; vendo sua cor e sentindo seu cheiro, recusaram-se a tomá-

la e fizeram todo tipo de promessas para resolver os problemas relacionados à água. Apesar disso, as promessas foram esquecidas assim que esses responsáveis foram embora.

A multinacional Olam no Gabão

No Gabão, uma parceria público-privada envolvendo a multinacional agroalimentar Olam e o governo gabonense começou, em 2012, a instalar plantações industriais nas terras recebidas gratuitamente do governo. As atividades da empresa estão ligadas ao desmatamento e a conflitos de terra em suas concessões de palma, seringueira e madeira de construção. Um relatório do WRM de 2020 mostrou como a empresa se dissimulava dando falsas declarações de “desmatamento zero”, enquanto negligenciava os direitos das comunidades.

Vilarejos como Mbadi, Sanga, Mboukou, Rembo e Mounigou foram particularmente afetados pela instalação da vasta plantação industrial da Olam. Apesar da resistência local, a empresa expandiu o cultivo de palma até a 200 metros das fazendas dos moradores, quase cercado os vilarejos. Essa expansão é especialmente inquietante, tendo em vista a utilização maciça de pesticidas perigosos nessas plantações. Esses produtos químicos se espalharam nas terras das comunidades vizinhas contaminando assim as pequenas propriedades agrícolas. (3)

Já em 2018, um artigo do Boletim WRM alertava para a difícil situação do vilarejo de Sanga no que diz respeito ao abastecimento de água. (4) A principal fonte de água do vilarejo, situada a 50 metros das casas, estava poluída devido ao avanço das plantações. Em resposta às reclamações dos moradores, a Olam construiu um poço perto da fonte de água poluída, que é alimentada pelo mesmo lençol freático contaminado. As pessoas utilizam a água dos pântanos para diversas necessidades básicas, especialmente para bebida, pesca e saneamento. Devido à expansão da plantação, os cursos d'água foram aterrados para permitir o cultivo da palma. Além disso, o acesso das comunidades locais às bacias hidrográficas e aos lagos foi impedido. As mulheres foram especialmente atingidas, uma vez que a pesca, uma importante atividade tradicional, foi particularmente afetada pela modificação do fluxo dos cursos d'água pela empresa.

Os moradores que vivem perto das plantações da Olam falaram, em julho de 2022, sobre sua situação atual em relação à qualidade e à disponibilidade de água. Seguem seus testemunhos.

Um membro do vilarejo de Boungounga, explicou: “Nós percebemos que a água do rio Ovigui mudou de gosto, que está poluída e que até os peixes mudaram. Eles não duram mais do que dois dias; de um dia para o outro se transformam em uma pasta. Somos obrigados a nos deslocar, talvez até 4 km, para ir a outro rio. Não podemos mais viver do rio Ovigui. Mandamos uma reclamação para a empresa em relação a esse problema da água. Esperamos para ver se haveria ações, porque eles nos prometeram... mas, com essa gente, são só promessas sempre. E, enquanto esperamos, continuamos a sofrer.”

Um membro do vilarejo de Yamba declarou: “Desde que estamos lá, vivemos de nossos lagos, nossas florestas, nossas frutas. Nós estávamos bem; não tínhamos nenhuma dificuldade. A empresa fez contratos com os moradores, mas, até hoje, isso nunca foi respeitado, e nós continuamos esperando. Só nos fizeram

promessas. A Olam secou nossos lagos, onde costumávamos pescar. A empresa quer nos fazer acreditar que eles não secaram nossos açudes, mas nós vivíamos aqui e conhecemos todos os açudes que existem. Cada um deles na zona de Yamba tem um nome. Eles secaram muitos deles. Além disso, com os produtos químicos que a Olam usa nas palmas, os peixes nem chegam a sobreviver nos lagos que ainda restam. Acontece a mesma coisa nos nossos rios. A quantidade e a qualidade dos peixes que tínhamos se perdeu, porque a água está poluída. Quando vamos pescar, é difícil conseguir a quantidade de peixes que tínhamos antes. Agora os peixes não vivem mais no rio Yamba.

Ano passado, quando fomos pescar com nossos irmãos mais velhos durante as férias, senti os efeitos dos produtos químicos usados pela Olam. Eu me sentei nos bancos de areia à beira do rio e, trinta minutos mais tarde, senti que minhas nádegas formigavam bastante e tive que mergulhar na água. Tentei lavar as roupas que estava usando, mas não adiantou nada. No dia seguinte, eu estava com as nádegas inchadas. Veja bem, só sentar à beira do rio já é um problema. Beber água é um problema. Ela é muito suja, tem outra cor. Eu sei que para conseguir água de boa qualidade precisamos ultrapassar as plantações da Olam. Mas é extremamente difícil chegar até a próxima fonte de água. Então o vilarejo vive em agonia... a água está poluída.”

Um membro do vilarejo de Mandji explicou: “A água aqui no lago Mangui não é potável de jeito nenhum. Eles passam a água do rio Ovigui por uma bomba motorizada. Ela vem de uma reserva para a outra, e eles colocam produtos para clarear essa água para ela ser consumida. Mas ela não é absolutamente potável. Quando nos lavamos com ela, ficamos nos coçando, aparecem bolhas na pele, algumas pessoas ficam com diarreia quando bebem essa água, e algumas crianças ficam doentes. Aqueles que não têm outros meios precisam usar essa água para beber e cozinhar. Quando podem, as pessoas usam a água de Ouanza ou de Keyua. Mas é difícil aqui, a água não é potável de jeito nenhum.”

Um habitante do sítio de Mbadi, da Olam, situado em Moutassou, explicou: “Na verdade, todas as instalações da Olam têm um problema com a água. A água que nos dão, que está nas nossas casas, com a qual devemos nos lavar, consumir e limpar, não é nada potável. Se nos lavarmos com ela, sem ferver, ficamos com bolhas e coceira pelo corpo. As mulheres são as mais expostas. Se as pessoas viessem visitar os sítios da Olam para examinar as mulheres, principalmente para fazer exames de urina, então os resultados seriam catastróficos, isso seria uma total desastre. Muitas mulheres se queixam de infecções o tempo todo: micoses, dores no abdômen, nas costas... e de quem é a culpa? Da água.

A Olam nunca vai admitir nada. Nós que somos suas cobaias, que sofremos, que ficamos doentes com a água que eles nos dão. Nos mandam fazer análises minuciosas e provar que é a água que nos deixa doentes. Cada vez que eu vou fazer exames médicos, estou com alguma infecção. É realmente muito duro. Então, as famílias são obrigadas a ir para os lados de Sanga, Mbadi ou até Mouila para poder consumir um pouco de água potável. Mas alguns não têm escolha, não têm como ir o tempo todo pegar água nas aldeias vizinhas ou em Mouila, e infelizmente são obrigados a beber essa água. E você pode facilmente ver muitos com a pele arruinada, cheia de bolhas, de micoses, de sarna...

É a mesma coisa no vilarejo de Ferra. Primeiro, a bomba d'água é danificada por causa do bombeamento contínuo, não somente pelos moradores, mas também por outros que vêm em massa, com muitas latas

para pegar água, você pode imaginar. Para que a bomba seja arrumada, somos obrigados a ameaçar e gritar com o mundo todo... É realmente complicado. Ferra fica acima do rio Rembo. Os exames feitos na água desse rio confirmaram a presença de produtos químicos, o que nós antes não sabíamos. Então o rio Rembo também está poluído, não tem mais água potável. A situação do nosso lago sagrado Banfoubou é uma verdadeira catástrofe! Ele foi poluído na época dos viveiros (das empresas de palma), quando a água do viveiro ia direto para o lago. Nós não temos mais nosso lago sagrado, a maioria dos lagos secou, os pântanos também. Não temos praticamente mais nada. O problema da água destrói muitos rios... e vilarejos.

Ainda por cima, os canos que atravessam as plantações jogam fora os resíduos das fábricas, e isso fede! Ninguém consegue ficar perto por muito tempo, e tem muitas moscas. Com as chuvas intensas, essa água se encontra com o curso inferior do rio, onde fica a bomba motorizada que alimenta todo o vilarejo de Mouila. Vai acontecer uma outra crise hídrica. Tendo em vista essa situação, como será durante a estação das chuvas? Como iremos proteger nossa pele? O que vai acontecer com as nossas crianças? Com a nossa saúde? Nós não nos sentimos seguros.”

Além disso, a comunidade de Iroungou alertou, no início de 2022, para a terrível situação que estava enfrentando devido à poluição de suas fontes de água, quando as pessoas “constataram com espanto que havia vários dias que a água do rio estava ficando cheia de peixes mortos e liberava um odor desagradável.” (5) A ONG Muysy fez então uma visita para observar e coletar amostras do rio Iroungou em abril de 2022. Ela informou à Olam em uma carta que a poluição das águas do rio se deve “à água proveniente de um canal que conduz a uma bacia de retenção de água da fábrica Olam Palm Gabon, assim como [ao] aterramento (não previsto no plano de desenvolvimento) de um antigo açude do vilarejo de Iroungou”. O açude era utilizado pela comunidade para a pesca. Por outro lado, a carta especifica que “o aterramento do açude pela Olam Palm Gabon foi feito depois que a população percebeu os cadáveres de peixes e camarões. (...) Ademais, esses trabalhos de aterragem foram realizados sem o consentimento dessas populações”.

É essencial apoiar a resistência das comunidades que enfrentam as plantações de palma que querem se apoderar de suas terras – e com elas, de sua água, suas comunidades e suas vidas! A resistência foi frutífera. A oposição das comunidades à expansão das plantações de palma é uma das razões pelas quais as empresas não estão se desenvolvendo tão rapidamente quanto haviam previsto. A negociação de ao menos 27 projetos, cobrindo 1,37 milhões de hectares, fracassou ou foi abandonada entre 2008 e 2019. Resistir ao controle das terras e da água é uma luta coletiva! (6) Uma das razões do atraso, do fracasso e do abandono dos planos de expansão é a resistência das comunidades. (7)

A crise da água por que passam essas populações e outras que resistem às plantações de palma não existiria se suas terras não tivessem sido tomadas. Resistir ao controle da terra e da água é uma única e mesma luta!

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- (1) Chain Reaction Research, African Oil Palm Expansion Slows, Reputation Risks Remain for FMCGs, March 2022, <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2022/03/African-Oil-Palm-Expansion-Slows-Reputation-Risks-Remain-for-FMCGs.pdf>
- (2) Boletim WRM 250, Comunidades da África resistem as às plantações industriais de palmas, mesmo em tempos de Covid-19, 2020, <https://www.wrm.org.uy/fr/articles-du-bulletin/communautes-dafrique-resistent-aux-plantations-industrielles-de-palmiers-a-huile-meme-en-temps-de-covid>
- (3) Oakland Institute, Drying Out African Lands Expansion of Large-Scale Agriculture Threatens Access to Water in Africa, 2022, <https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/drying-out-african-lands.pdf>
- (4) Boletim WRM 240, Gabão: As plantações industriais de palma da OLAM privam a comunidade de Sanga do acesso à água potável, 2018, <https://www.wrm.org.uy/fr/articles-du-bulletin/gabon-les-plantations-industrielles-de-palmiers-a-huile-dolam-privent-la-communaute-de-sanga-de-laces>
- (5) Muyissi Environnement, Relatório de Observação Independente, Gabão, 2019; Muyissi Environnement, Denúncia de uso de fertilizante (NPK), Gabão, 2019; e ONG L'Bemboudie, Queixa das análises das águas do rio Ovigí, Gabão, 2021.
- (6) Idem (1)
- (7) Na África, as comunidades resistem ao controle das terras destinadas à produção de óleo de palma, 2019, <https://www.wrm.org.uy/fr/publications/en-afrique-les-communautes-resistent-a-laccaparement-des-terres-destinees-a-la-production-dhuile-de-palme>

Peru: Contra a devastação petrolífera do território e dos direitos indígenas, O sentido dos rios

As comunidades indígenas afetadas pela poluição da atividade petrolífera também são impedidas de acessar água potável para consumo e uso. Há onze anos, no norte da Amazônia peruana, com comunidades e suas federações indígenas travam uma luta unitária, constante e articulada em defesa de seus territórios e rios.

A água não é apenas água. Muitas vezes, a importância da água é reduzida apenas ao seu valor comercial e a seu uso como recurso natural, ou seja, seu uso econômico. Essa visão reducionista coisifica diferentes escopos, relações e possibilidades vitais da água. Além disso, considera a natureza como um depósito inesgotável, um eterno provedor de bens, uma natureza maquinal, uma coisa isolada, sem vida.

Os Povos Indígenas, por sua vez, nos oferecem diferentes visões, modos e horizontes para estabelecer relações mais interconectadas, saudáveis e adequadas à natureza e à água.

A sábia Irma Tuesta, do povo Awajún, nos diz: *“Nosso território está ligado a tudo, pois tudo tem vida para nós, tudo tem mãe: a água, o ar, a montanha, a terra, as pedras, a serra, as aves, os animais, as plantas”*. (1) Para ela, a natureza é uma unidade vital, um todo vivo feito de vários laços de vidas. Nesse caso, a palavra “vida” deve ser entendida não apenas em seu sentido de “força” ou “energia” nos seres orgânicos, mas também como uma atividade contínua, como uma trajetória vivida, como história, como uma experiência de viver a vida.

“O território é a nossa vida, e tudo o que diz respeito ao território, nossos conhecimentos, nossos saberes, nós vamos contando nessa transmissão aos nossos filhos por meio de histórias, poesias, canções, e protegendo o nosso território”, continua Irma.

As últimas palavras esclarecem ainda mais o conceito. O território (ou seja, os rios e a floresta como um todo) é a própria vida dos povos indígenas, é o espaço onde são produzidos e contidos seus saberes, sua memória, sua existência. Sua vida é o seu território. O *apu* (líder indígena) Alfonso López, do povo Kukama, presidente da federação ACODECOSPAT, que representa 63 comunidades Kukama das bacias dos rios Marañón, Ucayali e Amazonas, no Peru, diz: *“O território está dentro de nós, nós somos o território, e você deixa de ser indígena quando se desconecta do seu território, quando já não tem mais relação com o seu espaço natural, deixa de se sentir indígena quando deixa de sentir o poder da sua natureza, o poder dos espíritos das plantas que o alimentam [...] mas como é possível ver se tudo está doente, como se pode ver claramente o futuro se estão nos adoecendo, se estão nos destruindo, e apenas para buscar recursos econômicos?”* (2)

A norma não abrange a plenitude, mas tem matéria

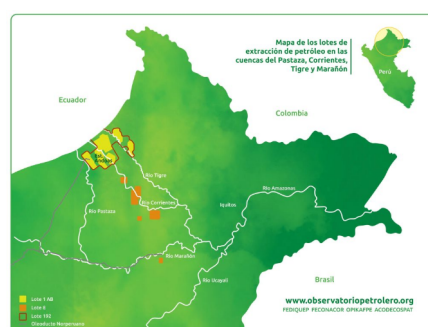
Existem diferentes organismos multilaterais voltados a garantir o acesso à água como um direito humano e proteger os territórios dos povos indígenas. A ONU reconhece o acesso à água como um direito humano desde 2010. Por sua vez, a Convenção 169 da OIT, de caráter constitucional no Peru, indica que os Estados devem adotar medidas especiais ou estabelecer salvaguardas para proteger e preservar os territórios que os povos indígenas habitam, com o objetivo de garantir suas culturas, seus conhecimentos, sua capacidade produtiva, entre outros. Também existe um grande número de outras referências e jurisprudências internacionais com relação a esse assunto.

No Peru, desde 2017, o direito de acesso à água é reconhecido constitucionalmente, por meio da Lei 50.588. Essa norma prioriza apenas o consumo humano de água em detrimento de outros usos, mas faz do acesso à água o ponto de partida para outros direitos, como “*a dignidade, o livre desenvolvimento da personalidade, o meio ambiente, o trabalho, a identidade, entre outros*”. (3)

Mas o Estado peruano descumpra sua própria regra e faz muito pouco para reverter a violação do direito. De acordo com o Ministério da Cultura, (4) 54% da população indígena da Amazônia não têm acesso à água pelo sistema da rede pública. Embora o cálculo nos pareça conservador, o relatório do ministério indica que há uma grande diferença em relação à população que fala espanhol, onde apenas 11% não dispõem do serviço.

Por sua vez, a Defensoria Pública do Peru publicou um relatório em 2018 (5) sobre a situação da saúde das comunidades indígenas dos povos Quechua, Achuar, Kichwa e Kukama, das bacias dos rios Pastaza, Corrientes, Tigre e Marañón, respectivamente. O documento diz: “*Em relação ao acesso à água potável para consumo humano, a situação é mais extrema. Nos distritos de Andoas, Pastaza, Urarinas, Trompeteros e Parinari, entre 97% e 99% dos domicílios pesquisados consomem água não tratada. Já nos distritos de Tigre e Nauta, esse número chega, no mínimo, a 66% e 82%*”. Em seu relatório, a Defensoria reconhece que essa situação grave expõe a população a condições que aumentam o risco de desenvolver problemas de saúde.

A atenção dispensada pela Defensoria aos distritos mencionados não é arbitrária. Eles abrigam rios e comunidades indígenas afetadas por atividades petrolíferas desde o início da década de 1970, nos blocos denominados 192 (antigo bloco 1AB) e 8, bem como no Oleoduto Norperuano, que atravessa o norte da Amazônia e as montanhas andinas até chegar a um porto no litoral norte para ser comercializado.



Quase uma centena de comunidades nas áreas afetadas na Amazônia e suas federações indígenas FEDIQUEP, FECONACOR, OPIKAFPE e ACODECOSPAT travam uma luta unificada e organizada há onze anos. (6) Essa luta, articulada na plataforma PUINAMUDT (Povos Indígenas Amazônicos Unidos em Defesa de seus Territórios), vem configurando uma agenda política e técnica que tem servido para obrigar o Estado a tomar medidas especiais de enfrentamento da crise de contaminação por petróleo e da violação de direitos na área.

Apesar de terem sido dados alguns passos para enfrentar o problema, as ações tomadas pelas autoridades têm sido insuficientes, com implementação muito acidentada e, em várias ocasiões, conflitos recorrentes. Junto a esse processo, nem a atividade petrolífera nem seus impactos negativos cessaram. Esses danos se acumulam e se espalham sem ser contidos.

De 2000 a 2015, o Bloco 192 (em operação desde a década de 1970) foi concedido à empresa Pluspetrol e, desde então, à Frontera Energy del Perú S. A, cujo contrato expirou em fevereiro de 2021. Atualmente, o Bloco está aguardando o reinício das operações. O Bloco 8 (também em funcionamento desde a década de 1970) é operado pela Pluspetrol desde 1996, e a concessão vai até 2024. A sede da Pluspetrol está oficialmente estabelecida na Holanda, o que permitiu à empresa evitar impostos sobre os lucros que obtém com a extração de petróleo no Peru e em outros lugares. A Frontera Energy Corp. é uma empresa pública canadense com operações em vários países da América do Sul.

Círculo vicioso: uma cadeia de violações, abusos e danos

Há algumas semanas, em 7 de junho de 2022, foi relatado um vazamento de óleo na comunidade indígena do povo Urarina, chamada La Petrolera. Essa comunidade também está localizada na região de Loreto, no norte da Amazônia peruana, às margens do rio Patoyacu, afluente do Chambira, que por sua vez é afluente do Marañón. Para chegar lá, é preciso viajar pelo rio por pelo menos dois dias em um barco de alto rendimento. De canoa (embarcação tradicional), a viagem pode levar de três a quatro dias.

As autoridades comunitárias que relataram a descoberta não souberam estimar a quantidade de óleo derramado, mas exigiram uma ação imediata de limpeza por parte da Pluspetrol, operadora do Bloco 8, uma importante área petrolífera no Peru.

Duas semanas depois, no domingo, 18 de junho, a falta de uma intervenção a tempo da Pluspetrol fez com que o petróleo avançasse até as águas do Patoyacu, fonte de água, pesca e lazer para a comunidade. *“Faz vários dias que a gente vem dizendo que eles recolham o petróleo, e eles não recolhem. Fomos nós que avisamos as autoridades sobre o vazamento, e é o nosso território que está sendo afetado”*, disse o *apu* da comunidade, Robles Pisco, aos meios de comunicação. (7) As fotos compartilhadas pela comunidade e que circularam nas redes também mostravam peixes afetados pelo vazamento.

No início de julho, o vazamento ainda não tinha recebido a devida atenção. As denúncias e reclamações da comunidade Urarina continuaram. (8) Até hoje, a comunidade continua exigindo

que o Estado declare a zona em emergência, devido ao enfrentamento urgente que é necessário. *“Todos nós estamos com dor de cabeça, vômito, o próprio pessoal da empresa também está doente, eles mesmos disseram isso”*, destacou recentemente Robles Pisco. Mas as autoridades e a empresa continuam em silêncio e ausentes, o Estado apenas enviou delegações para monitorar a área.

A tragédia que ocorreu na comunidade de La Petrolera não é um caso isolado. E não é a primeira vez que ocorre um vazamento de petróleo no território de comunidades indígenas. De acordo com informações coletadas pela plataforma PUINAMUDT e pelo Centro Amazônico de Antropologia e Aplicação Prática (CAAAP), no Bloco 8, as autoridades ambientais registraram até 181 vazamentos entre 1998 e 2020, e também contabilizam mais de 670 locais impactados, que precisam de recuperação ambiental. Apesar de a Pluspetrol ter paralisado suas operações desde 2020, (9) os vazamentos continuam e se acumulam, prejudicando o território e a vida nas comunidades.

Caso semelhante ocorre nas áreas florestais do Bloco 192, também localizado na região de Loreto. De acordo com as autoridades ambientais, existem mais de 1.119 locais impactados nesse bloco. (10) Somente entre março de 2021 e abril de 2022, foram registrados 35 vazamentos de óleo. Um triste exemplo do que se vive na região é oferecido pela comunidade Kichwa 12 de Octubre, onde só em 2022 foram registrados dois vazamentos. As comunidades indígenas atingidas por esse bloco denunciaram o problema perante o Poder Judiciário. (11)

Graças às denúncias feitas nos últimos dez anos por organizações indígenas como FEDIQUEP, FECONACOR, OPIKAFPE e ACODECOSPAT, ficou evidente a grave crise ambiental e social que os territórios indígenas estão vivenciando devido aos vazamentos de óleo na Amazônia peruana, os quais afetam, na maioria dos casos, diversos mananciais que são fonte de vida para as florestas e suas populações indígenas.

Zúñiga e León sistematizaram informações (12) sobre vazamentos de óleo na Amazônia peruana e identificaram que as autoridades ambientais registraram até 474 vazamentos a partir de instalações petrolíferas entre 2000 e 2019. Por outro lado, também se identificou que o total acumulado de água despejada pela produção de petróleo em rios, solos e pântanos do norte da Amazônia peruana entre 1974 e 2009 chegou a 7,09 bilhões de barris, que continham milhares de toneladas de diferentes compostos químicos altamente tóxicos. (13) Cabe especificar que o Estado peruano possui informações oficiais desde, pelo menos, o início da década de 1980, quando foram identificados os primeiros registros de chumbo em sedimentos, águas e espécies animais consumidas como alimento nas comunidades indígenas Achuar da bacia do Rio Corrientes. (14)

Navegando na longa jornada em direção à justiça e reparação

A situação crítica nesses territórios tem uma longa história e não é novidade para as autoridades do Peru. No entanto, o atual governo não atua de forma decisiva, nem busca ações ou políticas efetivas para a reparação ou as garantias necessárias dos direitos dos povos indígenas. *“Com todas essas evidências, nós dissemos: chega! Os nossos próprios governos estão nos matando, não estão respeitando os nossos direitos”*, disse recentemente o *apu* Aurelio Chino Dahua, presidente da

FEDIQUEP, em um evento com o Relator da ONU sobre substâncias tóxicas e direitos humanos na Colômbia. (15)

Somente após constantes mobilizações sociais, denúncias coletivas, processos judiciais e inúmeras reuniões, o Estado peruano se digna a tomar algumas medidas para enfrentar o problema. Diante da ineficácia dos governos de turno, são as comunidades e suas organizações que propõem a agenda. Em 2015, as organizações reunidas na plataforma PUINAMUDT assinaram acordos que propõem ações, orçamentos e prazos concretos para o enfrentamento dos problemas de meio ambiente, saúde, acesso à água potável, entre outros. Essa agenda foi assumida pelo Estado por meio de compromisso assinado no mesmo ano.

Como parte dessa agenda, foram realizados estudos que determinaram altos níveis de contaminação da água e do solo. Em 2016, o Ministério da Saúde realizou o primeiro estudo toxicológico e epidemiológico na área, publicado em 2019. (16) O estudo mostrou que 57% da amostra total de adultos e 49% das amostras de crianças ultrapassaram os níveis de chumbo, segundo o padrão internacional. Por sua vez, quase um terço das pessoas amostradas apresentam níveis de arsênio (28%) e mercúrio (26%) acima do limite permitido no Peru.

Um estudo posterior realizado na região, denominado Análise da Situação de Saúde (ASIS), indica que *“o acesso ao serviço público de água potável nas comunidades das quatro bacias e do rio Chambira está em condição crítica. [...] 56% informaram consumir água do rio, apesar da percepção de que está poluída”*.

Até agora, o Estado não cumpriu os acordos firmados, entre eles os relativos à água, descumprindo também suas obrigações adquiridas em tratados internacionais e na Constituição Política do Peru.

Um relatório a ser publicado em breve pela plataforma PUINAMUDT (17) identificou que, quando o Estado implementou ações vinculadas a esse compromisso (instalação de sistemas de água ou saneamento nas comunidades, por exemplo), isso foi feito *“sem levar em conta a autonomia e a institucionalidade indígenas, e ignorando suas próprias diretrizes e metodologias para a implementação, segundo as quais deveriam ser consideradas as diferenças culturais e as experiências dos povos indígenas, bem como as características específicas dos territórios”*. Em alguns casos, inclusive, houve corrupção grave em estruturas públicas para a execução de projetos ou as autoridades comunais foram criminalizadas injustificadamente.

Até hoje, nenhum dos compromissos assinados em 2015 foi cumprido integralmente.

Apesar do cenário crítico, as comunidades e organizações indígenas mantêm seu compromisso de defender a vida, o território e seus direitos. A luta é contra a corrente. Em 15 de julho de 2022, o presidente da federação FEDIQUEP, em reunião com a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, denunciou o abandono, por parte do Estado, dos cuidados especiais

em um Plano de Saúde que atenderia mais de 500 comunidades indígenas, mas que o governo do presidente Pedro Castillo não quer aprovar há mais de sete meses.

Esse é o baixo grau de comprometimento do atual governo com os direitos dos Povos Indígenas – um governo que se autoproclama de esquerda. Fica claro que essa posição é a mesma de governos anteriores, abertamente neoliberais. Diante disso, as organizações e os Povos Indígenas mantêm suas lanças erguidas. Essa é a situação e o sentido dos rios que orientam a defesa da vida na Amazônia no Peru.

Renato Pita Zilbert,
comunicador, Plataforma PUINAMUDT
Julho de 2022

- (1) Vários autores. (2020) ¿Cómo entendemos nuestros derechos? Webinário: Ciclo de charlas sobre derechos de los pueblos indígenas. Visión Amazonía, Perú Equidad, Caaap, Coordinadora Nacional de Derechos Humanos, IWGIA, NICFI. Lima, Peru
- (2) Alfonso López, em Foro Público “A 30 años del Convenio 169 ¿Cuál es la situación de los pueblos indígenas en el Perú?” (2019). Universidad Ruiz de Montoya, Lima. Transcrição de David Díaz Ávalos
- (3) Cacñahuaray, Ruth. El acceso al agua potable en las comunidades indígenas del Perú en el marco de estado de emergencia nacional. Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, vol. 7, n. 2, p. 261-277, 2020. Universidad Nacional del Litoral
- (4) Perú, Ministerio de Cultura, Indicadores – Servicio de agua, 2018, https://bdpi.cultura.gob.pe/sites/default/files/archivos/paginas_internas/items/ Acceso%20a%20agua%20alcantarillado%20electricidad%20enaho%202018.pdf
- (5) Defensoría del Pueblo. 2018. “Salud de los pueblos indígenas amazónicos y explotación petrolera en los lotes 192 y 8: ¿Se cumplen los acuerdos en el Perú?” <https://www.defensoria.gob.pe/wp-content/uploads/2018/10/Informe-de-Adjunt%C3%ADa-Nº-001-2018-DP-AMASPPI-PI.pdf>
- (6) A plataforma se chama Pueblos Indígenas Amazónicos Unidos en Defensa de la Amazonía (PUINAMUDT). www.observatoriopetrolero.org
Las Federaciones Indígenas participantes son: La Federación Indígena Quechua del Pastaza (FEDIQUEP); La Federación de Comunidades Nativas de la Cuenca del Corrientes (FECONACOR); La Organización de Pueblos Indígenas Kichuas, Amazónicos Fronterizos del Perú y Ecuador (OPIKAFPE); y La Asociación Cocama de Desarrollo y Conservación San Pablo de Tipishca (ACODECOSPAT)
- (7) PUINAMUDT, Triste día del padre: Pluspetrol no atiende a tiempo derrame de petróleo y empieza a contaminar quebrada Patoyacu, junho de 2022, <https://observatoriopetrolero.org/triste-dia-del-padre-pluspetrol-no-atiende-a-tiempo-derrame-de-petroleo-y-empieza-a-contaminar-el-rio-patoyacu/>
- (8) PUINAMUDT, Alerta de emergencia ambiental y sanitaria en comunidades urarinas por derrame de petróleo en el Lote 8, julho de 2022, <https://observatoriopetrolero.org/alerta-de-emergencia-ambiental-y-sanitaria-en-comunidades-urarinas-por-derrame-de-petroleo-en-el-lote-8/>
- (9) Desde o final de 2020, a Pluspetrol paralisou suas ações no Peru. As organizações indígenas denunciaram que a empresa pretende abandonar o Bloco 8 (seu contrato expira em 2024), em descumprimento de suas obrigações ambientais, como fez no Bloco 1AB. Atualmente, a empresa e o Estado peruano estão em processo de arbitragem devido a uma liquidação societária pretendida pela Pluspetrol.

- (10) PUINAMUDT, Ministerio de Energía y Minas desaprueba por segunda vez propuesta de Pluspetrol para remediación del Lote 1AB, fevereiro de 2019, <https://observatoriopetrolero.org/ministerio-de-energia-y-minas-desaprueba-por-segunda-vez-propuesta-de-pluspetrol-para-remediacion-del-lote-1ab/>
- (11) PUINAMUDT, Federaciones indígenas denuncian penalmente a Perupetro por derrames sin atención en el Lote 192, abril de 2022, <https://observatoriopetrolero.org/federaciones-indigenas-denuncian-penalmente-a-perupetro-por-derrames-sin-atencion-en-el-lote-192/>
- (12) La sombra del Petróleo (2020). <https://observatoriopetrolero.org/wp-content/uploads/2022/04/La-sombra-del-petroleo-Aymara-Leon-y-Mario-Zuñiga-PUINAMUDT.pdf>
- (13) Yusta-García, Raúl. 2019. Contaminación de Aguas y Suelos por actividades de extracción de petróleo en la Amazonía Norte Peruana. Tese de doutorado. ICTA-UAB (Barcelona, Espanha). O autor também aponta que o volume identificado na Amazônia peruana é 15,7 vezes maior do que a PW descarregada no Equador de 1971 a 1992 pela petrolífera Chevron-Texaco (p. 81).
- (14) Maco, J., R. Pezo, J. Cánepa. 1985. Efectos de la Contaminación Ambiental por Actividades Petroleras.
- (15) Apu Aurelio Chino Dahua, no Foro Regional da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos para América Latina e Caribe (julho de 2022, em Bogotá, Colômbia) <https://www.youtube.com/watch?v=T5uAkVV0juw&t=9s>
- (16) PUINAMUDT, Ministra de Salud entrega informe final de estudio sobre metales pesados a dirigentes indígenas de Loreto y se compromete a implementar un plan de atención, julho de 2019, <https://observatoriopetrolero.org/ministra-de-salud-entrega-informe-final-de-estudio-sobre-metales-pesados-a-dirigentes-indigenas-de-loreto-y-se-compromete-a-implementar-un-plan-de-atencion/>
- (17) O relatório está na fase de edição final e foi realizado pelo antropólogo Diego Navarro, a pedido das federações da plataforma //da PUINAMUDT.

Lutando para não submergir: O povo da Ilha Pari, na Indonésia, contra a injustiça

Cada vez com mais frequência, os moradores da Ilha Pari veem suas casas e seus negócios debaixo d'água. Além das lutas contra o turismo promovido por grandes empresas, quatro moradores estão entrando na justiça contra uma das maiores emissoras de dióxido de carbono do mundo e, portanto, uma das principais responsáveis por sua situação: a corporação cimenteira Holcim.

Para muitas ilhas e regiões costeiras baixas, o aumento do nível do mar é um dos impactos mais perceptíveis das mudanças climáticas. A conexão é direta: quanto mais aumentam as temperaturas globais, mais frequentes e extremas se tornam as inundações. A Indonésia, onde mais de quatro milhões de pessoas sofrem com inundações anuais, está particularmente exposta ao aumento do nível do mar, devido ao seu litoral longo e sua posição geográfica. Até onde a água vai subir dependerá do aumento das temperaturas globais. (1)

Ilha Pari

A Ilha Pari (*Pulau Pari*) fica a duas horas de balsa da movimentada capital da Indonésia, Jacarta, localizada na regência (divisão administrativa) das Mil Ilhas. A regência é muito procurada pelos visitantes da capital, criando oportunidades econômicas para as comunidades locais, que, fora isso, dependem principalmente da pesca.

Sua popularidade levou o governo indonésio a considerá-la uma das “dez novas Balis”. Bali é, provavelmente, o destino turístico mais conhecido da Indonésia. (2) Esse projeto de dez megaempreendimentos, conhecido como KSPN (*Kawasan Strategis Pariwisata Nasional* ou Área Estratégica de Turismo Nacional), visa melhorar o acesso a dez destinos turísticos através de iniciativas como a construção de novos embarcadouros e aeroportos e a criação de zonas econômicas especiais para atrair investidores estrangeiros. Embora possa parecer bom, esse plano visa favorecer principalmente grandes investidores em detrimento dos pequenos negócios das comunidades locais.

Mas o plano não é a única ameaça enfrentada pelos moradores da Ilha Pari.

Em 2021, as casas e os negócios da comunidade de Pari ficaram debaixo d'água, não uma, mas duas vezes. Em ambas as ocasiões, o mar foi subindo cada vez mais e inundou todas as casas da Praia Estrela, no sudoeste da ilha, e da Praia Virgem, um polo turístico no lado norte.

Embora sempre tenha havido inundações em Pari, a frequência e a intensidade aumentaram muito nos últimos anos. Onze por cento da superfície da ilha já desapareceram no mar.

Bobby, pescador nascido e criado na ilha, lidera uma coalizão chamada “Save Pulau Pari” (Salve a Ilha Pari). A coalizão serve como espaço para as pessoas discutirem o que está acontecendo com elas, em sua ilha, e defenderem seus direitos. *“Há alguns anos, ainda podíamos pescar muito mais peixe. Mas o meio ambiente mudou muito nos últimos anos, e os rendimentos foram diminuindo de forma constante. Hoje, existem muito menos espécies de peixes do que há uns poucos anos. Por alguns dias depois das enchentes, eu não pude sair para pescar, pois tinha que ajudar na limpeza da vila e das praias. Eu também tive que consertar o meu barco. A água o levou para a praia e o esmagou contra uma árvore”*, explicou Bobby.

As cheias têm várias consequências para a população. As pessoas não conseguem pescar durante as inundações e imediatamente depois, ao mesmo tempo em que suas casas são gravemente danificadas pela água. Além disso, o turismo para, deixando sem renda muitas pessoas que oferecem quartos, alimentação, equipamentos de mergulho, etc. Os poços que fornecem água potável ficam salgados com as inundações, obrigando as pessoas a comprar água potável, o que gera mais pressão sobre a renda dessas famílias.

Durante as enchentes de 2021, Asmania, uma moradora da Ilha Pari, perdeu 300 dos 500 peixes que estavam sendo criados em sistema de aquicultura na costa. Ela expressou sua preocupação “sobre a forma como as mulheres da ilha estão sendo duplamente impactadas pelas mudanças

climáticas. A renda familiar está caindo constantemente, mas as mulheres ainda precisam cuidar de suas famílias”.

A luta por sua terra

Os moradores da Ilha Pari sentiram, em primeira mão, a necessidade de proteger suas terras e seus meios de subsistência para que não fossem tomados por empresas e agendas baseadas no lucro.

Em 2015, a empresa PT Bumi Pari Asri (BPA), subsidiária do Grupo Bumi Raya Utama, de propriedade de um conglomerado chamado Adijanto Priosoetanto, tentou controlar mais de 90% da ilha para administrar todas as atividades turísticas. Os outros 10% pertencem ao governo e devem ser usados como área de pesquisa e conservação. As disputas surgiram porque a maioria dos moradores não possui títulos oficiais de terra, embora alguns vivam lá há várias gerações. A Ilha Pari é uma entre algumas dezenas de ilhas afetadas pela privatização desenfreada do turismo promovido por empresas. (3)

Desde então, várias pessoas foram criminalizadas sob a alegação de estarem ocupando ilegalmente a terra, e outras foram obrigadas a pagar aluguel à empresa, (4) que, enquanto isso, tomou conta da praia chamada Pasir Perawan, uma área fundamental para o turismo das comunidades. Em consequência disso, ao tentar fazer a gestão da praia, os moradores enfrentam intimidações.

No processo de resistência a essa tomada da terra por empresas, as mulheres assumiram um papel importante no enfrentamento aos guardas de segurança. A comunidade criou uma rede poderosa em torno delas e encontrou o apoio de muitas organizações e ativistas nacionais, sob a Coalizão “Salvemos Pulau Pari”. (5)

Moradores e aliados conseguiram contestar o processo de obtenção de títulos de propriedade pela empresa e que o Ouvidor Nacional de Justiça declarasse que o processo envolveu má administração. Eles também conseguiram contestar a prisão de vários moradores, que acabaram sendo libertados. (6) A Agência Nacional de Terras revisou o procedimento, e se espera que restabeleça os direitos legítimos das comunidades na Ilha Pari, mas o processo ainda está em andamento. (7)

Outra injustiça sofrida nas mãos de grandes empresas

Além dessas lutas contínuas, os moradores da Ilha Pari precisam enfrentar outra injustiça que ameaça a própria sobrevivência das terras e dos manguezais dos quais cuidam e que protegem há gerações.

Os 1.500 habitantes da ilha não contribuíram para a crise climática, mas estão sofrendo as consequências. É por isso que essa crise é uma questão não apenas de poluição, mas também de

justiça. Ao mesmo tempo em que os maiores responsáveis pela poluição e destruição que causam a crise climática estão relativamente isolados de seus impactos, quem menos contribuiu provavelmente sentirá os efeitos de forma mais significativa. Edi, pescador e proprietário de uma pousada na Ilha Pari, explica: *“Um punhado de pessoas está destruindo o meio ambiente para seu próprio benefício pessoal. Mas isso está afetando gravemente outras pessoas como nós aqui na Ilha Pari.”*

O fato é que a real responsabilidade pela crise climática e, portanto, pelos impactos sentidos principalmente no Sul global, está longe da Ilha Pari, cabendo principalmente aos países ricos do Norte, e às grandes empresas multinacionais localizadas lá.

Essa é a razão pela qual Bobby, Arif, Edi e Asmania, todos moradores de Pari, estão buscando justiça em nome de toda a ilha. Eles estão entrando com ações na justiça contra uma das maiores emissoras de dióxido de carbono do mundo e, portanto, uma das principais responsáveis pela situação em que se encontram: a cimenteira Holcim. Eles entraram com um pedido de conciliação em Zug, na Suíça, onde fica a sede do grupo Holcim.

A Holcim é a principal fabricante de cimento e uma das 50 maiores empresas emissoras de dióxido de carbono do mundo. Um estudo mostra que a empresa suíça emitiu mais de sete bilhões de toneladas de dióxido de carbono entre 1950 e 2021. Isso é mais que o dobro da quantidade gerada pela Suíça como um todo durante o mesmo período. (8) Devido ao excesso de emissões durante décadas, a empresa tem boa parte da responsabilidade pelas mudanças climáticas.

Os moradores da Ilha Pari não estão sendo enganados pelas tentativas de lavagem verde da Holcim. O Relatório Climático da empresa para 2022 faz um chamamento a uma “jornada líquida zero”, com afirmações sobre “prédios com emissão líquida zero”, “concreto com emissão líquida zero”, “produtos neutros em carbono”, “construção neutra em carbono”, entre muitos outros. (9) Todo esse palavreado esconde o fato de que a empresa poderá continuar se expandindo (e poluindo) enquanto alguns projetos alegam estar compensando a poluição em outros lugares. A realidade das compensações está muito longe da ilusão que vende. A compensação é uma ferramenta para as grandes empresas continuarem lucrando com um sistema capitalista viciado em combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que gera impactos locais devastadores nos lugares onde esses projetos estão sendo estabelecidos. (10)

Por exemplo, o EvopactZERO, “o primeiro concreto neutro em carbono da Suíça”, (11) desenvolvido pela Holcim, afirma ser neutro em carbono porque o CO₂ emitido na sua produção é, supostamente, compensado por projetos na Suíça ou na Índia, da carteira da South Pole, uma empresa de consultoria em finanças de carbono.

Esta é a primeira vez que se exige que uma empresa suíça assuma a responsabilidade jurídica por seu papel na crise climática. A ação é apoiada pela Swiss Church Aid HEKS/EPER, pela ONG indonésia WALHI e pelo Centro Europeu de Direitos Constitucionais e Humanos (ECCHR). Junte-se e apoie os moradores da Ilha Pari em sua luta contra os impactos reais e diretos da crise climática:

Assine o documento pedindo a responsabilização da Holcim, aqui:

www.callforclimatejustice.org/call

(1) Essa informação e os testemunhos contidos neste artigo são provenientes da campanha “Call for Climate Justice”, exceto quando informado nas referências. Veja a campanha aqui:

<https://callforclimatejustice.org/en/>

(2) Archyde, Ten new Balis: Indonesia is planning controversial mega-projects for tourism, 2021,

<https://www.archyde.com/ten-new-balis-indonesia-is-planning-controversial-mega-projects-for-tourism/>

(3) AASYP, Save Pulau Pari: the risks of increased tourism in the ASEAN region, 2019,

<https://aasyp.org/2019/03/13/save-pulau-pari-the-risks-of-increased-tourism-in-the-asean-region/>

(4) KIARA, Residents fight for land ownership on Pari Island, 2017,

<https://www.kiara.or.id/2017/06/12/residents-fight-for-land-ownership-on-pari-island/> e Environmental

Justice Atlas, Locals against the privatization of the Pari island (Pulau Pari), Indonésia, 2019,

<https://ejatlas.org/conflict/pulau-pari>

(5) Land Rights Now!, Save Pulau Pari!, <https://www.landrightsnow.org/save-pulau-pari/>

(6) Idem (3)

(7) Walhi, Kembalikan Hak Konstitusi dan Hak atas Tanah kepada Warga Pulau Pari !!!, 2020, [https://www-walhi-or-id.translate.goog/kembalikan-hak-konstitusi-dan-hak-atas-tanah-kepada-warga-pulau-pari?](https://www-walhi-or-id.translate.goog/kembalikan-hak-konstitusi-dan-hak-atas-tanah-kepada-warga-pulau-pari?_x_tr_sl=id&_x_tr_tl=en&_x_tr_hl=en&_x_tr_pto=op,wapp)

[_x_tr_sl=id&_x_tr_tl=en&_x_tr_hl=en&_x_tr_pto=op,wapp](https://www-walhi-or-id.translate.goog/kembalikan-hak-konstitusi-dan-hak-atas-tanah-kepada-warga-pulau-pari?_x_tr_sl=id&_x_tr_tl=en&_x_tr_hl=en&_x_tr_pto=op,wapp)

(8) Richard Heede, Carbon History of Holcim Ltd: Carbon dioxide emissions 1950-2021, Climate

Accountability Institute, 2022, <https://callforclimatejustice.org/wp-content/uploads/Heede-Report.pdf>

(9) Holcim, Holcim's Net-Zero Journey, Climate Report 2022,

<https://www.holcim.com/sites/holcim/files/2022-04/08042022-holcim-climate-report-2022.pdf>

(10) Boletim do WRM, n. 254, Compensação de biodiversidade e corredores de biodiversidade na Ásia: destruição e proteção da natureza atuando em conjunto,

<https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/compensacao-de-biodiversidade-e-corredores-de-biodiversidade-na-asia-destruicao-e-protecao-da-natureza>

(11) South Pole, Case Study: Holcim and Switzerland's first carbon-neutral concrete,

<https://www.southpole.com/es/clients/case-study-holcim-and-switzerland-first-carbon-neutral-concrete>

“Sem água não há vida”: Os rios da Amazônia boliviana

O rio Beni, na Amazônia boliviana, está ameaçado. Enquanto o governo busca instalar mega-hidrelétricas que inundariam uma área muito maior do que a parte urbana da capital La Paz, a mineração e a contaminação com mercúrio causadas por essa atividade continuam adoecendo a vida nesses territórios.

As florestas abrigam e sustentam inúmeras e inestimáveis riquezas, e têm a água como elemento intrínseco e interdependente – a base de toda a vida.

Na Bolívia, o rio Beni atravessa o Parque Nacional Madidi, uma das áreas de maior biodiversidade do planeta, e a Reserva Pilón Lajas. É como se fosse “o sangue dessas terras”. (1)

Há anos, o governo boliviano vem tentando promover projetos de mega-hidrelétricas nessa bacia, principalmente os chamados Chepete e Bala. O plano é converter essas áreas do rio Beni em grandes lagos, com superfícies imensas. Ambos os reservatórios inundariam milhares de quilômetros – cerca de 771 km² de inundação direta e 14.420 km² de influência indireta. Para se ter uma ideia, a superfície urbana de La Paz é de 149 km². (2) Nenhuma das estimativas leva em conta impactos como as faixas de domínio de estradas ou efeitos sobre pequenas cidades situadas a jusante, como San Buenaventura ou Rurrenabaque. As avaliações de impacto realizadas estimam que reservatórios, estradas e linhas de transmissão de energia resultarão em mais de 100 mil hectares de desmatamento. (3)

Para criar esses imensos lagos, os Povos Indígenas e as comunidades camponesas teriam que ser despejados, e tudo o que restasse vivendo naquelas terras ficaria submerso. O ciclo da água seria drasticamente alterado nesse território, e portanto, a vida. As mega-hidrelétricas mudariam definitivamente essas comunidades e seus territórios de vida.

Nessas terras que ficariam submersas, vivem seis Povos Indígenas – mosetenes, chimanes, esse-ejjas, lecos, tacanas e uchupiamonas – dos quais cinco são legalmente reconhecidos pelo Estado Plurinacional da Bolívia, além dos Povos Indígenas em isolamento voluntário. Ao se expulsarem esses povos do que eles chamam de sua “casa grande”, também se exterminariam seus meios de subsistência, suas culturas e seus conhecimentos. Os direitos mais básicos desses povos foram violados, pois empresas e autoridades não realizaram consultas livres, prévias e informadas da maneira correta, nem respeitaram as normas vigentes sobre os povos em isolamento voluntário. Dessa forma, violam-se etapas que são obrigatórias antes de executar um plano em territórios indígenas, segundo as leis bolivianas e normas da ONU.

Ruth Alipaz, da Coordenadora Nacional de Defesa dos Territórios Indígenas Originários e Áreas Protegidas Camponesas na Bolívia (CONTIOCAP), afirma que “cerca de cinco mil membros de Povos Indígenas seriam deslocados se essas mega-hidrelétricas fossem construídas. Sem contar os povoados

periurbanos, como San Buenaventura, Rurrenabaque e Reyes, e os povoados situados a jusante, que também seriam afetados. Cerca de 150 mil pessoas vivem na área dessas duas barragens. A ameaça potencial é muito grande, pois a lei que declara essas obras como prioridade nacional ainda está em vigor. Aqueles de nós que resistem sofrem assédio, descrédito e difamação constantes, gerando desconfiança. E isso acontece ao mesmo tempo em que empresas e membros do governo tentam enganar as comunidades da região da bacia com promessas de trabalho, melhoria do cotidiano, energia elétrica, etc. Por isso, em julho de 2022, convidamos as autoridades dessas comunidades a visitarem mega-hidrelétricas no Brasil, para que pudessem ver com seus próprios olhos os impactos de projetos semelhantes.”

Também é inegável que essas gigantescas retenções de água teriam impactos não apenas nos locais onde serão construídas, mas também a jusante e a montante. O rio Beni deságua no rio Madeira, o qual, por sua vez, deságua no Amazonas. Toda a bacia seria afetada por essa megainfraestrutura.

Os territórios amazônicos a jusante do Beni não teriam mais aporte de sedimentos ou nutrientes, que são essenciais para a vida do rio, o que afetaria centenas de quilômetros, já que ele é a principal fonte de sedimentos para a bacia do Madeira. Isso causaria erosão dos solos e diminuição da disponibilidade de águas subterrâneas, impactando diretamente a produção agrícola nas comunidades de todas essas áreas.

As barragens também impediriam a passagem de peixes e outras espécies aquáticas que vivem nos rios e se deslocam muito para se reproduzir, entre outras.

Segundo Pablo Villegas, pesquisador do Centro de Documentação e Informação Bolívia (CEDIB), *“essas mega-hidrelétricas foram apresentadas ao povo boliviano como um grande negócio. Percebeu-se que o preço do gás estava caindo, e então isso foi apresentado como uma alternativa barata. Mas, no caso de Chepete/Bala, a energia é mais cara do que no Brasil, que é o único mercado em que se pretende vender. Por isso, quando projetaram essas duas hidrelétricas, planejaram a linha de transmissão em direção ao Mato Grosso, com mais de 1.000 km de cabos. Nem mesmo a rentabilidade parece garantida para a Bolívia. Então, onde estão os interesses? Bem, estão no próprio investimento da construção dessas hidrelétricas, ou seja, no dinheiro que se poderia movimentar com financiamentos de 25 bilhões de dólares, segundo os projetos – e se sabe que as hidrelétricas costumam custar o dobro do projetado. Deve-se ressaltar que essas megaobras são contratos com transnacionais especializadas. Quase todo o investimento é para o estrangeiro, mas o impacto é para a Bolívia.”*

Com o argumento de que as barragens são de “interesse nacional”, essas megaobras vão contra as leis ambientais e sociais, agredindo terras, rios e florestas. *“A atual concentração de terras na Bolívia é imensa”*, continua Villegas.

Essas mega-hidrelétricas fazem parte de um projeto que inclui muitas outras em todo o território boliviano, chamado de “Coração Energético da América do Sul”. No Brasil, essas usinas são conhecidas como “Itaipu ampliada”, pois, graças à hidrelétrica de Itaipu, que fica no rio Paraná, na fronteira com o Paraguai, o Brasil passou a ter uma grande influência sobre o país vizinho, em

vários níveis. Essa usina foi aceita durante a ditadura paraguaia em 1973, e deixou o país muito endividado, até o ano de 2023. (4)

A ativista feminista Elizabeth Peredo afirma que “*todos estão pensando em energia porque esse é o tema desta civilização*”, e que, na Bolívia, “*essa visão do Bem Viver promovida pelo governo foi sendo distorcida ao longo dos anos e se transformando na ideia de [o país] ser uma potência regional na América do Sul, que vende energia*”. Essa visão, explica ela, influencia o próprio conceito de água, mesmo dentro dos princípios constitucionais da Bolívia sobre o Bem Viver e o cuidado com a Mãe Terra.

E, claro, para construir essas mega-hidrelétricas, é necessário abrir estradas. O que significa que grandes partes do território não só seriam degradadas e desmatadas, mas também estariam abertas às grandes madeireiras e mineradoras, ou seja, mais destruição de florestas e de rios vitais para os povos que as habitam.

E isso é fundamental quando se considera que, hoje em dia, as mega-hidrelétricas já não são a única ameaça na bacia do rio Beni.

Poluição causada pela mineração e outras ameaças

A mineração também está destruindo essa parte da Amazônia. A Bolívia é um dos países que mais importa mercúrio, um metal que permite amalgamar o ouro encontrado nos rios. O mercúrio é muito prejudicial à saúde das pessoas porque ataca o sistema nervoso central. Os garimpeiros o usam em grande quantidade, o que impacta toda a vida que esses rios sustentam e, portanto, as pessoas que dependem dessa água e de sua diversidade para se alimentar. Com essa mineração, que é majoritariamente ilegal, chegam aos territórios mais violência, prostituição, feminicídio, tráfico de pessoas e produtos ilícitos, etc.

Segundo Ruth Alipaz, da CONTIOCAP, “*a Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que o limite de mercúrio no corpo humano é de 1 parte por milhão. Na bacia do Beni, a média é de 7 a 8 partes por milhão, enquanto as faixas mais altas são de 27 partes por milhão para os indígenas esse-ejjas e em Asunción del Quiquibey. São dados muito preocupantes. Estão nos matando. Há relatos de diarreias constantes, malformações, deficiências nas crianças da população esse-ejjas. Estão envenenando as águas e os alimentos. É um genocídio dos povos que vivem nesses territórios*”.

As muitas ameaças ao rio Beni se acumulam em suas correntes, mas as autoridades governamentais e os investidores empresariais optam por ignorá-las. As mesmas águas que estão sendo bastante contaminadas pelo mercúrio da mineração, principalmente a montante, na região de Chepete, são as que eles planejam represar com as mega-hidrelétricas. Até agora, nenhum estudo de impacto ambiental mostrou os perigos da alta concentração de mercúrio nos reservatórios para a saúde humana e para os territórios. (5)

Também devemos acrescentar outra ameaça que está crescendo. Em agosto de 2022, o governo boliviano promulgou um Decreto Supremo para promover a produção de dendê. A experiência de outros países mostra que a produção de dendê gera desmatamento, escassez e contaminação da água, concentração de terras, violência e vários outros impactos. Portanto, essa decisão causou muito medo aos povos do rio Beni, pois eles veem vários impactos negativos que estão por vir. (6)

O rio Beni, a Amazônia em geral, seus vales, florestas e cidades fazem parte de um todo articulado e interdependente, em que os graves impactos sobre um repercutem nos demais, muitas vezes de forma inesperada. Assim, a água, como base elementar de toda a vida, “*nos faz pensar que qualquer proposta de mudança social tem que ser sistêmica*”, conclui Peredo.

Julia Blagne,

Diretora do documentário “La Sangre de Bolivia, de los Andes a la Amazonia”

https://www.youtube.com/watch?v=Pr8u4lrOW_M

(1) Grande parte das informações deste artigo, assim como os depoimentos, é baseada na pesquisa e na realização do documentário “La Sangre de Bolivia. De los Andes a la Amazonia”:

https://www.youtube.com/watch?v=Pr8u4lrOW_M

(2) Tunupa, Fundación Solón, Mega-hidroeléctricas: Exportar y morir. El Bala-Chepete, 2ª edição,

<https://fundacionsolon.org/2017/05/10/el-caso-del-chepete-y-el-bala/>; e Jorge Molina, Daniel Espinoza, Hidrología, Hidráulica e impactos asociados al proyecto Chepete – Bala, Instituto de Hidráulica e

Hidrología, 2016, [https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Molina-Carpio-2/publication/317706025-Hidrologia-Hidraulica-e-impactos-asociados-al-proyecto-Chepete_-](https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Molina-Carpio-2/publication/317706025-Hidrologia-Hidraulica-e-impactos-asociados-al-proyecto-Chepete_-El_Bala_Hydrology_Hydraulics_and_environmental_impacts_associated_to_the_Chepete-El_Bala_hydropower_project/links/5949d722a6fdcc3e17fc75d0/Hidrologia-Hidraulica-e-impactos-asociados-al-proyecto-Chepete-El-Bala-Hydrology-Hydraulics-and-environmental-impacts-associated-to-the-Chepete-El-Bala-hydropower-project.pdf)

[El_Bala_Hydrology_Hydraulics_and_environmental_impacts_associated_to_the_Chepete-](https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Molina-Carpio-2/publication/317706025-Hidrologia-Hidraulica-e-impactos-asociados-al-proyecto-Chepete_-El_Bala_Hydrology_Hydraulics_and_environmental_impacts_associated_to_the_Chepete-El_Bala_hydropower_project/links/5949d722a6fdcc3e17fc75d0/Hidrologia-Hidraulica-e-impactos-asociados-al-proyecto-Chepete-El-Bala-Hydrology-Hydraulics-and-environmental-impacts-associated-to-the-Chepete-El-Bala-hydropower-project.pdf)

[El_Bala_hydropower_project/links/5949d722a6fdcc3e17fc75d0/Hidrologia-Hidraulica-e-impactos-asociados-al-proyecto-Chepete-El-Bala-Hydrology-Hydraulics-and-environmental-impacts-associated-to-the-Chepete-El-Bala-hydropower-project.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Molina-Carpio-2/publication/317706025-Hidrologia-Hidraulica-e-impactos-asociados-al-proyecto-Chepete_-El_Bala_Hydrology_Hydraulics_and_environmental_impacts_associated_to_the_Chepete-El_Bala_hydropower_project/links/5949d722a6fdcc3e17fc75d0/Hidrologia-Hidraulica-e-impactos-asociados-al-proyecto-Chepete-El-Bala-Hydrology-Hydraulics-and-environmental-impacts-associated-to-the-Chepete-El-Bala-hydropower-project.pdf)

(3) Idem (2)

(4) Pablo Villegas, El corazón energético de Suramérica, <https://lalibreriasocial.com/el-corazon-energetico-de-sudamerica-de-alfredo-stroessner-a-evo-morales-deliberar-10-18/>

(5) Idem (2)

(6) Página siete Bolivia, Indígenas advierten impacto ambiental por producción de biodiésel con la “palma de la muerte”, 2022, <https://www.paginasiete.bo/economia/indigenas-advierten-impacto-ambiental-por-produccion-de-biodiesel-con-la-palma-de-la-muerte-EB3344611>

Da Ásia à África: tentáculos de plantações de dendezeiros estão espremendo comunidades até que fiquem secas

Em termos globais, nenhum cultivo cresceu mais rapidamente na última década do que o dendê. Essa expansão quase incontrolável deixa um profundo rastro de destruição e conflitos em torno de suas gigantescas áreas de plantações, do Sudeste Asiático à África Ocidental e Central. À medida que ocupam mais terras comunitárias, as empresas também se apoderam das fontes de água.

Em termos globais, não há cultivo que tenha crescido mais rapidamente na última década do que o dendê. A produção de óleo vegetal aumentou 118% apenas nos últimos dez anos, sendo a maior parte impulsionada pelo forte aumento na produção de óleo de dendê. (1) Em seu epicentro de produção, a Indonésia, a área de plantação de dendezeiros dobra a cada década, e já atingiu mais de 15 milhões de hectares. Essa expansão quase incontrolável deixa um longo rastro de destruição e conflitos, ocupando enormes áreas de terra arável, florestas tropicais nativas, territórios indígenas das florestas, biodiversidade e um recurso essencial limitado e cada vez mais escasso diante da crise climática: a água.

A indústria de óleo de dendê na Indonésia é um legado da era colonial. Desde o colonialismo, o país tem sido o principal local de extração do mundo e parte da geografia da divisão do trabalho no capitalismo global. (2) O arquipélago tornou-se um fornecedor das principais *commodities* no mercado mundial, de minérios a produtos de plantações (forçadas). A Indonésia seguiu e desenvolveu o modelo de capitalismo de concessões, que se baseia em contratos concedidos por governos a investidores, tanto para projetos de infraestrutura quanto para as necessidades das indústrias extrativas. Esse modelo teve continuidade na era pós-colonial, para manter e facilitar as indústrias extrativas e a expansão das plantações de dendezeiros.

No entanto, à medida que as terras para plantações se tornam escassas, a indústria do óleo de dendê precisa expandir ainda mais seus negócios para outras regiões. Essa indústria continua ampliando suas gigantescas áreas de plantações para anexar e controlar mais terras das pessoas, do Sudeste Asiático à África Ocidental e Central.

Ao ocupar os territórios das comunidades, as empresas também roubam suas fontes de água. Quem vive dentro e ao redor das plantações está lutando para acessar a água em quantidade e qualidade necessárias para as necessidades diárias: beber, cozinhar, tomar banho e cultivar alimentos. Além disso, também estão perdendo importantes fontes de alimento: os peixes dos rios e lagos que estão sendo poluídos pelos agrotóxicos usados nas plantações.

Nesse contexto, comunidades e organizações da sociedade civil da Indonésia, do Gabão e de Camarões se reuniram no Dia Mundial da Água (22 de março) para compartilhar suas experiências com as plantações industriais de dendezeiros e reivindicar seus direitos à água.

Perda de acesso à água: os casos de Riau e Kalimantan Ocidental, na Indonésia

Muitas comunidades indígenas da Indonésia são formadas por pessoas que dependem de rios. Os rios são sua força vital, sua fonte de sustento e água potável, e um importante local de rituais ou cerimônias tradicionais. Mas agora, comunidades e Povos Indígenas têm que enfrentar a perda dos rios e afluentes que são sua fonte de vida.

A expansão das plantações de dendezeiros afeta a sustentabilidade dos rios, de diferentes maneiras. As plantações canalizam, alteram os cursos e enterram rios e afluentes com o objetivo de acelerar os fluxos de água. Essas ações fazem crescer a sedimentação, diminuem a qualidade da água e aceleram as inundações.

É claro que esses impactos afetam as comunidades. A sedimentação destrói habitats específicos de peixes de alto valor, como o tapah (bagre de água doce) e reduz outras populações e espécies de peixes. O número de áreas de pesca está diminuindo, e isso tem obrigado pescadores a percorrer longas distâncias, o que aumenta seus gastos com combustível e outros. Na província de Riau, onde está a maior concessão de plantações de dendê da Indonésia, os últimos pescadores de Pantai Cermin disseram que estão pescando menos de um quilo de peixe a cada dois ou três dias. Muitos moradores das comunidades não conseguem mais viver de sua renda da pesca, e fazem disso um trabalho paralelo ou apenas um hobby.

Outra experiência contada pelos moradores da comunidade de Kalimantan Ocidental é que, no passado, eles conseguiam prever coisas como os ciclos de inundação que acontecem uma vez por ano ou as grandes inundações, a cada cinco ou dez anos. Mas agora, as inundações repentinas não podem ser previstas, e a intensidade e a frequência também estão aumentando. Famílias de pescadores, como as dos distritos de Semanga ou Sambas, costumavam se beneficiar das épocas de cheias porque elas lhes permitiam pescar mais, chegando a capturar 20 quilos de camarão gigante de água doce por dia. Porém, hoje em dia, depois que suas aldeias foram cercadas por plantações de dendezeiros, elas não conseguem mais se beneficiar das cheias. A população de peixes diminuiu muito devido à perda de seus habitats, bem como à diminuição da qualidade da água devido à sedimentação e à poluição causadas pelas plantações. O aumento das enchentes também afetou a maioria das famílias de seringueiros que perdem sua renda durante as cheias. O campo de arroz de sequeiro ao longo da margem do rio também inunda com mais frequência, resultando em perdas.

Pesquisas feitas por organizações da sociedade civil indonésia – Coalizão do Povo pelo Direito à Água (KRuHA) e Litoral – confirmam esse impacto. Duas aldeias da província de Riau, a montante da bacia do Siak, ao redor da plantação de uma das subsidiárias da WILMAR, a PT Egasuti Nasakti, descobriram em 2022 que a empresa está plantando dendezeiros na zona de vegetação ciliar que serve de amortecimento ou próximo a cursos d'água. Essa prática aumenta o escoamento da contaminação de fertilizantes e pesticidas para o rio, o que diminui a qualidade da água. O rio poluído aumenta a dependência das pessoas em relação às águas subterrâneas para suprir suas

necessidades de água potável. Mas a qualidade das águas subterrâneas também não é aceitável como água potável, em função da alta concentração de fosfato resultante dos fertilizantes, que ultrapassa o limite aceitável. Além disso, mais de 87% das amostras de águas subterrâneas excedem o cromo hexavalente (Cr(VI)). Metais pesados, como chumbo, cromo e mercúrio, geralmente presentes em fertilizantes e pesticidas, são conhecidos por causar toxicidade à saúde humana e poluir o meio ambiente.

“Antigamente, nosso sustento era baseado na pesca; a maioria do nosso povo trabalhava na pesca. Mas, alguns anos depois da chegada do dendê, o nosso rio estava poluído. Não podemos mais pescar. Também bebíamos água do rio, mas agora é difícil até tomar banho, porque está poluído pelas plantações. Uma vez por ano, grandes quantidades de resíduos de plantações e fábricas de processamento são despejadas nos rios. No passado, havia muitos afluentes que desaguavam no rio Tapung, mas agora, muitos secaram, foram enterrados ou tornados retos (ou seja, a dragagem ou raspagem e o nivelamento da área da margem do rio para que a empresa possa plantar mais). Agora só lembramos do nome do afluente, mas seu fluxo não está mais lá. Estamos usando poços para suprir as nossas necessidades de água, embora eles agora tenham que ser várias dezenas de metros mais profundos. A água que costumávamos obter estava a cinco ou seis metros de profundidade. Agora temos que perfurar no mínimo 25 metros para conseguir água”, disse Datuk Bathin Sigale, um dos anciãos indígenas da aldeia Pantai Cermin, em Riau.

Replicando a destruição: histórias do Gabão e de Camarões

Nos últimos anos, empresas que há décadas causam destruição em países do Sudeste Asiático, como Indonésia e Malásia, vêm expandindo ativamente suas áreas de plantações para a África Ocidental e Central, de onde vêm originalmente os dendezeiros. Uma dessas é a OLAM, uma empresa de alimentos e agronegócio com sede em Cingapura. A OLAM Palm Gabon é uma *joint venture* com o governo gabonês e já plantou mais de 60 mil hectares de dendezeiros no país.

Ladislav Desire Ndembet, do grupo ambientalista Muyissi Environnement, com sede no Gabão, que trabalhou com o impacto das plantações de dendezeiros no país, disse que eles enfrentam uma situação semelhante à das comunidades da Indonésia. No Gabão, empresas como a OLAM tomaram terras e contaminaram a água do rio Iroungou no lote 3 de Moutassou. O objetivo da OLAM, de estabelecer no Gabão a maior plantação de dendezeiros da África, terá um preço alto para as comunidades.

A OLAM está montando um sistema de irrigação por gotejamento para suas plantações, para o qual tira uma enorme quantidade de água dos rios. Isso certamente afeta os mananciais das pessoas que vivem no entorno das plantações. Esse é um desafio grave, em um contexto de grandes dificuldades de acesso a água potável em todo o país. As pessoas têm que cavar poços profundos para obter água. Na área da aldeia de Sanga, Muyissi descobriu que a água já estava contaminada com glifosato, proibido em muitos países devido à alta toxicidade, mas ainda usado como herbicida em grandes quantidades em muitas plantações de dendezeiros, incluindo as da

OLAM no Gabão. Isso afeta em muito a saúde de homens e mulheres que vivem próximo das plantações.

Enquanto isso, Emmanuel Elong, presidente da SYNAPARCAM, uma organização camaronesa que defende os direitos das comunidades, contou como as que vivem em torno das plantações da Socfin/Bolloré precisam usar água contaminada com pesticidas e outros produtos químicos para consumo diário. “Muita gente está ficando doente por causa disso”, afirmou Elong. No entanto, o governo não faz nada. Por meio de uma vasta rede de *holdings* e empresas operacionais, a Socfin controla cerca de 400 mil hectares de concessões de terras em dez países, incluindo mais de 73 mil em Camarões. Atualmente, metade dessa terra está coberta por plantações industriais.

A maioria das comunidades em Camarões não tem acesso a água potável. Ao tentar perfurar um poço, as comunidades afetadas pela Socfin ainda tiveram dificuldade de encontrar água. Por fim, a comunidade teve que esperar uma semana para obter assistência com relação à água. Mas esses problemas vêm acontecendo há anos. As comunidades estão agora também protestando contra a certificação RSPO atribuída à subsidiária da Socfin em Camarões, a Socapalm, nos distritos de Mbongo e Mbambou, e a Safacam, no distrito de Dizangue. As pessoas recebem água dos caminhões-pipa da Socapalm em frequências irregulares. A empresa não cumpre vários critérios socioambientais estabelecidos pela própria certificadora, mas, ainda assim, recebeu o selo, que ajuda a acessar mais mercados e fazer lavagem verde de suas atividades.

Conectando as lutas...

Tanto as comunidades quanto os ativistas da Indonésia, do Gabão e de Camarões reconheceram a necessidade de construir uma solidariedade mais forte e ativa entre as comunidades, contra as plantações industriais. É preciso aprender uns com os outros e trocar experiências e conhecimentos em nível de base para combater as plantações de dendezeiros em constante expansão.

Enfrentando os mesmos problemas e a ocupação territorial por empresas multinacionais como Wilmar, Olam, Socfin e outras, que ameaçaram seus meios de subsistência e suas comunidades, eles entendem que essas empresas querem satisfazer sua sede insaciável de lucro com o óleo de dendê.

O compartilhamento de experiências das comunidades também mostra a importância de articular as lutas por terra e água no movimento contra a expansão do dendê. O problema está no modelo de monoculturas industriais, que devasta os solos, a diversidade, os meios de subsistência locais e os mananciais.

Com a concentração de terras, há também a concentração da água, e não apenas com relação à tomada direta de água, mas também de direitos básicos de comunidades e trabalhadores das plantações com relação ao acesso à água potável. A poluição causada pelas altas doses de

fertilizantes químicos e agrotóxicos usados nas plantações industriais está envenenando muitos mananciais e, portanto, toda a vida que existe nesses territórios.

GRAIN e KRuHA, Indonésia

(1) FAO, 'Statistical yearbook 2021: production, trade and prices of commodities',

<https://www.fao.org/3/cb4477en/online/cb4477en.html#chapter-2>

(2) Batubara, Bosman dan Noer Fauzi Rachman. 2022. "Extended Agrarian Question in Concessionary Capitalism: The Jakarta's *Kaum Miskin Kota*." Agrarian South: Journal of Political Economy 1-24. Centre for Agrarian Research and Education for South (CARES).

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/22779760221095121>.

Água, extrativismo e minerais críticos no Brasil: algumas reflexões

O discurso da 'transição energética' tem sido utilizado para justificar a expansão da fronteira extrativa mineral. No entanto, além da poluição local e dos impactos sobre as florestas e os povos, a extração e o processamento de minerais exigem grandes quantidades de água, com efeitos nos territórios de longo alcance e duração.

A relação entre mineração e água deve ser encarada a partir de múltiplas relações, dentre as quais diversas são capazes de gerar conflitos socioambientais. Mais do que isso, à medida que o Brasil aprofunda seu perfil extrativista, há forte tendência de que tais conflitos se aprofundem. Ao longo deste texto, argumento que já existe no Brasil um quadro conflituoso envolvendo a mineração e o uso da água, e que a ampliação da extração mineral para a obtenção dos chamados minerais críticos tende a aprofundar tais conflitos no futuro próximo.

Para debater esse assunto, eu divido o texto em duas partes. Primeiramente descrevo os principais impactos que a atividade mineral tem sobre os recursos hídricos e destaco como eles geram conflitos socioambientais. Em seguida, apresento os principais vetores de expansão da extração dos minerais críticos no país e analiso os possíveis efeitos sociais e ambientais.

Mineração, água e conflitos

A água possui um papel central nas atividades de extração mineral. Ela é tão relevante que pode-se afirmar que “[em] numerosas minas se extrai muito mais água que minério”. (1) Quando se adota uma avaliação em escala mundial ou nacional, o setor mineral costuma aparecer como um pequeno consumidor de água. Por esse motivo, a escala é um dos principais aspectos a ser considerado ao se estudar a relação entre mineração e água. Mais do que olhar médias ou dados nacionais, é importante avaliar as escalas locais ou, no máximo regionais, pois é nesse nível que os impactos são percebidos e, conseqüentemente, onde ocorrem os conflitos. (2)

A extração e o processamento dos minérios exigem grande quantidade de água, além de serem intensivos no uso de produtos químicos. Como resultado, as principais implicações da mineração para a dinâmica das águas são o esgotamento de mananciais ou a sua contaminação.

Com relação ao consumo de água, diferentes atividades relacionadas à extração mineral são capazes de comprometer a disponibilidade para outros usuários. As principais consistem no consumo pelas usinas de concentração (que separam os minérios das demais substâncias), no transporte por minerodutos, no impacto na dinâmica de recarga de aquíferos pela retirada dos minérios, no rebaixamento da água subterrânea para se acessar os minerais, e no barramento de rios para a geração de energia elétrica, que irá abastecer as usinas de concentração.

Além desses impactos, também de grande relevância é o potencial de poluição da mineração. Nesse sentido, os efeitos possuem amplo alcance do ponto de vista espacial e temporal, podendo algumas das mudanças durar décadas, ou mesmo séculos. (3)

No aspecto qualitativo são diversas as formas como a extração mineral pode impactar negativamente os recursos hídricos. Uma primeira fonte de poluentes é a própria frente de mineração, onde o material é escavado, uma vez que os sistemas de drenagem e o processo de deságue podem transferir para os corpos hídricos efluentes contaminados. Uma segunda atividade problemática é a mineração dentro dos rios, que se utiliza da dragagem do leito para, posteriormente, separar minérios em baixa concentração (ex. ouro). Uma terceira fonte potencial de contaminação é a lixiviação, um processo pelo qual o material retirado das frentes de lavra é tratado com produtos químicos (por exemplo, cianeto) que se combinam com minérios específicos e facilitam a sua separação. Esse processo pode gerar efluentes altamente poluentes. As pilhas de estéril (4), também devem ser mencionadas, uma vez que, em alguns casos, podem conter substâncias tóxicas e sua deposição sobre a superfície, com efeito da chuva, pode gerar deslocamento químico e físico do material, contaminando as águas. Por fim, ainda existe o problema das barragens de rejeito (5), que são comumente construídas sobre o leito de rios e, por isso, geram o risco de contaminação no caso de conterem substâncias tóxicas. (6)

Como consequência de todos esses impactos não é incomum que empresas mineradoras entrem em conflito com outros usuários dos recursos hídricos. Nos últimos anos, houve um aumento significativo dos conflitos socioambientais envolvendo água e mineração. Entre 2011 e 2020, no Brasil, a quantidade desses conflitos passou de 11 para 143 por ano. Sendo assim, desde 2014, quando ultrapassaram as hidrelétricas, as mineradoras têm sido as principais deflagradoras de conflitos por água. (7)

‘Minerais críticos’ e a expansão da fronteira extrativa

A economia brasileira possui um forte perfil extrativista, e existe a expectativa de ampliar ainda mais a extração mineral no país nos próximos anos. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) prevê, para o período entre 2022 e 2026, investimentos da ordem de US\$ 40,4 bilhões. Essa quantia é a segunda maior valor de uma curva ascendente de investimentos que se iniciou no quinquênio 2017-2021, quando a previsão foi de US\$ 18 bilhões. (8)

Uma parte dos investimentos previstos vai, particularmente, para a extração dos chamados minerais críticos. Esse termo vem sendo utilizado para denominar minerais que são usados em equipamentos de tecnologia (computadores, celulares etc.) e, principalmente, na transição tecnológica para a chamada ‘energia de baixo carbono’. (9) Nesse contexto, os principais usos seriam a fabricação de sistemas de geração de energia solar e eólica, a produção de baterias para armazenamento de eletricidade, e a construção de redes de transmissão elétrica. (10) O quanto essas fontes de energia seriam de fato “limpas” é alvo de questionamento, principalmente devido às emissões atmosféricas e demais impactos ambientais associados à sua cadeia de suprimento (11).

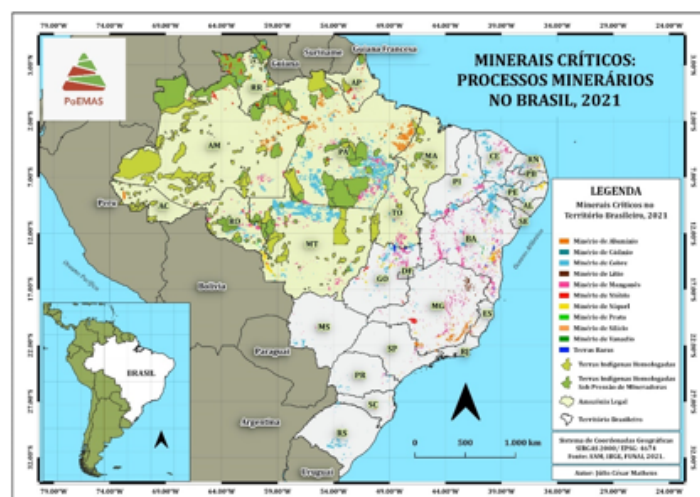
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

O Mapa mostra todas as áreas no Brasil onde há lavras ou pedidos de pesquisa mineral relacionados a esses minerais. A partir desses dados é possível verificar três vetores principais de expansão onde, possivelmente, conflitos futuros deverão se concentrar. Nesse sentido, os conflitos por água devem ter um papel ainda mais central.

Primeiramente, existe um arco que inclui norte de Minas Gerais, oeste e norte da Bahia, sudeste do Piauí, oeste de Pernambuco e sul do Ceará. Essas áreas, já ocupadas por inúmeras comunidades tradicionais e campesinas, são caracterizadas por um clima semiárido, e os cenários do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC) apontam, com alta confiança, um aumento da duração das secas nessa região, havendo risco inclusive de desertificação. A escassez local de água tende a se tornar ainda mais profunda com a implantação de projetos extrativos intensivos em recursos hídricos.

Um segundo destaque no Mapa corresponde ao norte de Goiás e ao sul do Tocantins. Essa é uma área de domínio do Cerrado, que já sofre com altas taxas de desmatamento devido à expansão do agronegócio. A destruição do Cerrado tem tido importante influência na dinâmica hídrica da região com potenciais desdobramentos para o resto do país, em especial para rios da Região Amazônica, uma vez que aí nascem importantes rios como o Xingu, Tocantins, Araguaia, entre outros.

Por fim, merecem destaques as manchas localizadas na Amazônia Legal, como norte do Mato Grosso, sudeste e leste do Pará, leste do Amazonas e norte de Roraima. A área total dos processos minerários nesta região soma mais de 238 mil km², um valor superior a 20 milhões de campos de futebol. Os minerais com maior participação nos projetos extrativos na Amazônia são cobre, alumínio, manganês, níquel e nióbio.



Mapa: Distribuição dos processos minerários para extração de minerais críticos

Fonte: Adaptado a partir de dados da ANM, Funai e IBGE

Muito provavelmente a implementação e a consolidação desses projetos tenderão a estimular ainda mais o desmatamento na região. Assim, os povos tradicionais serão os mais diretamente afetados, não apenas pela destruição dos meios que garantem seu modo de vida, como também pela adoecimento resultante da contaminação da água.

Em uma perspectiva mais ampla, essa expansão da fronteira mineral na Região Amazônica acabará por criar um paradoxo. Se esses projetos forem levados adiante, o suprimento de minerais extraídos sob a justificativa da ‘transição energética’ acarretará no aumento do desmatamento da Floresta Amazônica, o que intensificará as mudanças climáticas, além de comprometer o regime de chuvas em escala nacional e continental.

Em resumo, o setor mineral se caracteriza por um grande uso da água. O atual modelo mineral do Brasil tem tido como resultado um número crescente de conflitos entre corporações extrativas e comunidades locais, particularmente envolvendo o acesso à água.

O discurso da ‘transição energética’ vem sendo usado para justificar a expansão da fronteira mineral, sem a devida alteração do modelo energético. Assim, as consequências mais prováveis serão o aumento dos conflitos, a intensificação de problemas hídricos e, ainda, um aprofundamento da crise climática em âmbito regional e global. Portanto, questionar o atual modelo mineral brasileiro e a chamada ‘transição energética’ se mostra imperativo para impedir a concretização desse cenário.

Bruno Milanez

Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS).

(1) (p.20) em RUBIO, R. F. A gestão dos recursos hídricos e a mineração: visão internacional. In: DOMINGUES, A. F.; BOSON, P. H. G., et al (Ed.). A gestão dos recursos hídricos e a mineração. Brasília: Agência Nacional das Águas. p.19-50. 2006.

(2) NORTHEY, S. A. et al. Water footprinting and mining: where are the limitations and opportunities? Journal of Cleaner Production, v. 135, p. 1098-1116, 2016.

(3) OSSA-MORENO, J. et al. The Hydro-economics of mining. Ecological economics, v. 145, p. 368-379, 2018.

(4) O estéril é um material com granulometria variada, formado principalmente por rochas e solo que são removidos da frente de lavra por não possuir um teor de minérios suficiente para ser beneficiado. Eles são depositados em pilhas dentro do complexo minerário que podem atingir dezenas de metros de altura.

(5) Os rejeitos são resíduos oriundos do processo de concentração mineral. Eles são associados, principalmente ao processamento a úmido dos minérios, onde eles são separados por densidade. Para que isso ocorra, os minérios são moídos e depois misturados à água e produtos químicos. Por ser mais denso, o minério se sedimenta; e os demais materiais junto com a água formam um composto lamoso, que é lançado nas barragens de rejeito. Estas barragens podem ultrapassar os 100 m de altura e conter milhões de m³ de rejeito.

(6) HOEKSTRA, A. Y. The water footprint of industry. In: KLEMEŠ, J. J. (Ed.). Assessing and measuring environmental impact and sustainability. Kidlington: Butterworth-Heinemann. p.221-254. 2015.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(7) WANDERLEY, L. J. M.; LEAO, P. R.; COELHO, T. A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoeextrativismo brasileiro. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 158-169. 2021

(8) Ibram (2022) Setor mineral 1S22 2T22. Disponível em

https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2022/07/IBRAM_RESULTADOS_1o_SEMESTRE_22_IMPrensa.pdf

(9) A lista de minerais críticos é bastante ampla, incluindo: alumínio, bário, boro, cádmio, cobalto, cobre, cromo, elementos terras raras, estanho, gálio, germânio, índio, lítio, manganês, molibdênio, níquel, prata, selênio, silício, telúrio, vanádio e zinco, entre outros.

(10) BUCHHOLZ, P., E BRANDENBURG, T. Demand, supply, and price trends for mineral raw materials relevant to the renewable energy transition wind energy, solar photovoltaic energy, and energy storage. *Chemie Ingenieur Technik*, v. 90, n. 1-2, p. 141-153, 2018.

(11) OVERBEEK, W. Veículos elétricos: conduzindo sofrimento e poluição. *Boletim WRM*, n. 256, p. 5-11, 2021. Disponível em <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/veiculos-eletricos-conduzindo-sofrimento-e-poluicao>

RECOMENDADOS

Mesas redondas sobre justiça hídrica na África do Sul

Várias organizações da África do Sul promoveram uma série de três workshops para reunir ativistas e grupos de todo o país, que trabalhavam contra a exclusão de pessoas pobres do acesso à água, o lucro das empresas com esse recurso e a gestão insustentável dos recursos hídricos. Foi compilado um relatório com base nessas oficinas, com o objetivo de divulgar as discussões, as propostas e os desafios futuros para fortalecer as lutas pela justiça hídrica. Leia o relatório, em inglês, aqui: https://www.fame2022.org/en/wp-content/uploads/2022/02/BPP_Water-Justice-Roundtables-Report_-2020-final.pdf

As mulheres e as lutas pela justiça hídrica na África

Uma pesquisa do Urgent Action Fund (UAF) África destaca que as mulheres são as que mais sofrem com a falta de água e o impacto em sua saúde e seus meios de subsistência, bem como em suas famílias e na comunidade em geral. O relatório pede uma campanha de justiça hídrica, que se concentre no fortalecimento da organização de base e na construção de movimentos feministas em toda a África. Leia o relatório, em inglês, aqui: <https://www.fame2022.org/en/womn-water-in-africa-an-overview-of-water-justice-struggles/>

O agronegócio industrial está secando as terras africanas

Uma publicação recente da organização The Oakland Institute analisa 15 projetos do agronegócio em 11 países africanos, evidenciando como a grande perda de terras causou um forte impacto no acesso das comunidades à água. Com o acesso já sendo um grande desafio para milhões de africanos, a expansão de grandes transações tem impacto direto sobre os meios de subsistência em todo o continente. Leia a publicação, em inglês, aqui: <https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/drying-out-african-lands.pdf>

Empresa colombiana de óleo de dendê é investigada por poluir rios

Um artigo no portal de notícias Mongabay mostra que, seis anos depois de terem sido apresentadas denúncias contra a empresa Oro Rojo por poluir rios, pântanos e ar com sua fábrica de óleo de dendê, nada mudou. Em junho de 2016, a Corporación Autónoma de Santander (CAS), uma das autoridades ambientais do norte da Colômbia, encontrou resíduos tóxicos dessa fábrica de óleo de dendê em um afluente que deságua no rio Magdalena e alimenta o pântano de Paredes. Leia o artigo, em inglês, aqui: <https://news.mongabay.com/2022/03/colombian-palm-oil-company-under-investigation-for-polluting-rivers/>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: Boletim 262 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "A defesa da água é a defesa da terra e da vida" (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM

“Territórios em luta contra as monoculturas de árvores, barragens e áreas protegidas”

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Edmundo Hoppe Oderich, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>